

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
HEGLISSON GERALDO TESTA**

O ESCRAVO AFRICANO: esse desconhecido

JUIZ DE FORA
2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TESTA, Heglisson Geraldo.

O ESCRAVO AFRICANO: esse desconhecido / Heglisson Geraldo TESTA. – 2017.

72 f.

Orientador: Fernando LAMAS

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Especialização em Literatura e Cultura Afro-brasileira, 2017.

1. África. 2. Escravidão. 3. Escravidão africana. I. LAMAS, Fernando, orient. II. Título.

HEGLISSON GERALDO TESTA

O ESCRAVO AFRICANO: esse desconhecido

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a conclusão do curso Lato Sensu de Pós-Graduação em História da África.

Orientador: Prof. Doutor Fernando Lamas

JUIZ DE FORA
2017

HEGLISSON GERALDO TESTA

Escravo africano: esse desconhecido.

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção de especialista em História da África.

Área de Concentração (especialização):

Linha de pesquisa (especialização):

Orientador: Prof. Doutor Fernando Lamas / Colégio de Aplicação João XXII

Aprovado (a) pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Fernando Lamas

Conceito obtido: _____

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20____.

Dedico este trabalho à toda população africana, aos afro-descendentes de todo o mundo e aos seus antepassados, que foram os grandes inspiradores para a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me abençoar todos os dias da minha vida.

Aos meus pais que sempre se dedicaram para a minha educação e formação.

A minha esposa Maiza e meu filho Bruno, que sempre estiveram comigo nesta caminhada apoiando e me incentivando nesta caminhada.

À professora doutora Fernanda Tomaz, coordenadora do curso, pela dedicação e compreensão nos momentos difíceis.

Ao professor doutor Fernando Lamas pelas aulas e suas orientações.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação intelectual e pela atenção em momentos difíceis.

Aos monitores Eduardo, Juliana e Jéssica pela atenção e dedicação durante todo o curso.

Ao Daniel, secretário do curso, pela sua dedicação e eficiência nas suas atribuições.

Resumo

TESTA, Heglisson Geraldo. **O ESCRAVO AFRICANO:** esse desconhecido. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Latu Sensu em História da África) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

Na África os registros da prática de escravidão são do final do século XV, antes da chegada dos europeus no continente. O crescimento da comercialização de escravos africanos entre os continentes, se deve ao fato da presença da escravidão e do comércio de escravos dentro da própria África. Depois do século XVI, eram corriqueiros os ataques a vilarejos e os raptos de pessoas com o objetivo de comercialização externa. A escravidão levou a uma transformação social muito grande nos estados africanos, quando passaram a utilizar os escravos na produção, como instrumento do poder político e na servidão doméstica, inclusive nos serviços sexuais. A África foi a principal fonte de escravos para as antigas civilizações, para o mundo islâmico, a Índia e as Américas. A escravidão nos fornece elementos que nos ajuda a compreender a história da África. Entre os africanos, o comércio de escravos era de pequena proporção, até a chegada dos muçulmanos no século VII, quando o cenário sofreu uma modificação com a elaboração de uma ideologia pelos árabes de uma inferioridade da raça negra e a sua condição sub-humana, onde até os escravos brancos discriminavam o negro. A África negra foi uma importante fonte de escravos. Os europeus chegaram no continente africano em busca de ouro, mas não conseguiram o metal tão precioso, então partiram com a mercadoria de maior valor que estava em suas mãos, escravos africanos. Navios espanhóis, ingleses, dinamarqueses, franceses, holandeses, suecos e portugueses passavam em diferentes pontos do litoral africano recolhendo cativos, no entanto cada uma das nações europeias tinha suas áreas de comercialização. Eram vários os bandos em busca de escravos que atacavam aldeias, pequenas caravanas a caminho dos mercados, viajantes, mulheres que lavavam roupas nos riachos e crianças brincando distraídas fora de suas vilas. Mas as resistências aos ataques nos vilarejos ou as perseguições em busca dos sequestrados por familiares não eram raras. Foram vários os reinos que experimentaram mudanças ocasionadas pela busca transatlântica de escravos, onde o comércio de cativos passou a ser fundamental para o bom funcionamento do estado.

O ensino da História da África foi discutido durante todo o século XX, temos como exemplo de luta, a Frente Negra Brasileira, que declarou em 1930, como uma de suas prioridades, a dedicação a favor de uma educação que incluísse a história africana e dos

povos negros e um combate às discriminações contra as crianças nas escolas. O resultado depois de décadas de lutas, foi a assinatura da Lei nº 10.639, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 9 de janeiro de 2003, quando passou a ser obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira. As migrações somadas ao tráfico negreiro e às colonizações, mais a perversidade da globalização econômica, provocam problemas na convivência dos diversos povos. É muito comum ver, dentro desses problemas, a prática do racismo, da xenofobia e as intolerâncias religiosas, resultando na desigualdade e caracterizando como violação dos direitos humanos, principalmente o direito à igualdade e ao mesmo tempo o direito de ser ele mesmo, diferente. Depois da conferência de Durban, o Brasil abraçou as propostas dessa conferência com políticas reais que favorecessem os negros, índios e as camadas menos favorecidas, incluindo a criação de cotas em universidades. No Brasil a História da África era citada de uma forma insignificante até meados dos anos de 1990 e o que se pode deduzir é um descaso com o passado do continente africano ao deixar de investiga-lo. Mesmo que alguns historiadores se interessassem, a maioria entendia como sendo dispensável e impraticável. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/1996, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da área de História, em 1998, possibilitaram uma possível aproximação com a história do continente africano. A Lei nº 10639/2003 alterou a LDB, tornando obrigatório o ensino da história africana nas escolas brasileiras. Em 2004 foi elaborada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esses documentos tinham como objetivo o direcionamento da importância ou da obrigatoriedade dos estudos da história africana nas escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Não se pode ignorar o grande número de estudos realizados e protegidos pela história social da escravidão no Brasil realizados nas últimas décadas, mas lembrando que a história da escravidão no Brasil não pode ser confundida com a História da África.

Palavras – chave: África. Escravidão. Escravidão africana.

ABSTRACT

TESTA, Heglisson Geraldo. THE AFRICAN SLAVE: this unknown. 69 f. Course Conclusion Work (Latu Senso Specialization in History of Africa) - Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

In Africa, the records of the practice of slavery date back to the end of the fifteenth century, before the arrival of Europeans on the continent. The growth of the commercialization of African slaves between the continents is due to the presence of slavery and the slave trade within Africa itself. After the sixteenth century, attacks on villages and the kidnapping of people for the purpose of commercialization were commonplace. Slavery led to a very large social transformation in African states, when they began to use slaves in production as an instrument of political power and domestic servitude, including in sexual services. Africa was the main source of slaves for the ancient civilizations, for the Islamic world, India and the Americas. Slavery provides us with elements that help us understand the history of Africa. Among the Africans, the slave trade was of small proportions until the arrival of the Muslims in the 7th century, when the scenario changed with the elaboration of an ideology by the Arabs of an inferiority of the black race and its subhuman condition, Where even the white slaves discriminated against the Negro. Black Africa was an important source of slaves. The Europeans arrived in the African continent in search of gold, but they didn't obtain the precious metal, so they left with the most valuable merchandise that was in their hands, African slaves. Spanish, English, Danish, French, Dutch, Swedish and Portuguese ships passed in different points of the African coast collecting captives, but each of the European nations had his areas of commercialization. There were several gangs attacking the villages in search of slaves, small caravans on the way to markets, travelers, women washing clothes in streams and children playing absent-mindedly outside their villages. But wasn't uncommun resistance to village attacks or pursuit by family to kidnappers. Several kingdoms experienced changes brought about by the transatlantic search for slaves, where captive trade became fundamental to operation of the state. The teaching of African History was discussed throughout the twentieth century. We have an example of struggle, the Brazilian Black Front, which declared in 1930, as one of his priorities, the dedication to included African history in schooling,

and engagement against discrimination to children in schools. The result after decades of struggle was the signing of Law number 10.639, by the President of the Republic, Luiz Inácio Lula da Silva, on January 9, 2003, when it became required to teach African history and afro-brazilian culture. Migrations combined with the slave trade and colonization, added the perversity of economic globalization, cause problems in the coexistence of different peoples. It is very common to see, within these problems, the practice of racism, xenophobia and religious intolerances, resulting in inequality and characterizing as violation of human rights, especially the right to equality and at the same time the right to be himself, different. Following the Durban conference, Brazil embraced the proposals of this conference with real policies that favored blacks, Indians and the less advantaged, including the creation of quotas in universities. In Brazil the African history was mentioned in an insignificant way until the mid-1990s and what can be deduced is a disregard for the African continent's past by failing to investigate him. Even if some historians were interested, most understood as dispensable and impractical. With the Law of Directives and Bases of Education (LDB), Law No. 9394/1996, and the National Curricular Parameters (NCPs) of History in 1998, made possible an approximation with the history of the African continent. Law No. 10639/2003 amended the LDB, making it compulsory to teach African history in Brazilian schools. In 2004, the National Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture were prepared. These documents had as objective the direction of the importance or the obligatoriness of the studies of African history in the Brazilian schools of Elementary and High School. We can't ignore the large number of studies carried out and protected by the social history of slavery in Brazil in recent decades, but remembering that the history of slavery in Brazil can't be confused with the African history.

Key words: Africa. Slavery. African slavery.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1. A escravidão no seu começo	12
1.1. Origens da escravidão	12
1.2. A escravidão na África.....	15
1.2.1 Os árabes na África.....	19
1.2.2. O islamismo como herdeiro.....	20
1.2.3 As rotas comerciais do deserto e do Mar Vermelho.....	22
1.2.4 A escravidão na costa da Guiné.....	22
1.2.5 A política do tráfico de escravos na costa ocidental africana.....	23
1.2.6 A fragmentação política do continente - 1600 – 1800.....	24
1.3 Comércio atlântico e suas origens.....	26
1.3.1. O tráfico atlântico.....	27
1.3.2 O comércio de escravos século XVII.....	30
Capítulo 2. A escravidão africana e seu ensino	33
2.1. Lei regulamenta o ensino de história afro-brasileira.....	33
2.2. A necessidade de se estudar a história da África e do negro.....	34
2.3 A perspectiva da história africana nas escolas do Brasil.....	35
2.4. A história da África, a LDB e PCNs.....	36
2.5. Proposta para o ensino de História da África nas escolas.....	38
Capítulo 3. Portfólio	40
CONCLUSÃO	61
ANEXO 1	62
ANEXO 2	66
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

A pesquisa relacionada a esse trabalho será dedicada a esclarecer a escravidão no continente africano e a comoção que esta realidade provocou nas várias comunidades africanas. O objetivo da pesquisa é mostrar as condições verdadeiras dos cativos africanos, sendo escravizados em seu próprio país por africanos e depois passaram a serem vendidos e traficados para fora do seu continente pelos europeus. Um outro fato importante é esclarecer e mostrar como o comércio de escravos dentro do continente influenciou e modificou a economia.

A escravidão existe desde épocas remotas, nos tempos dos faraós, em 2680 a.C. Na África a escravidão interna ocorreu no final do século XV e as pessoas eram escravizadas por dívida e quando capturados por guerras. Esse comércio intensificou-se com a chegada dos europeus no continente africano. Os cativos eram tirados de suas comunidades, de suas famílias violentamente para serem escravizados, muitas vezes longe de suas terras. Transportados de forma desumana, ficavam vulneráveis a vários tipos de perigos e riscos que por muitas vezes arrebatava suas vidas. Vidas essas que foram perdidas devido a ambição desmedida de um comércio cruel, desumana.

Ao desenvolver um estudo da escravidão na África, nos ajudará a compreender como ocorreu o tráfico atlântico e o seu desenvolvimento nas Américas. É um ponto de vista novo, que ajudará a uma melhor compreensão da realidade escravista imposta a humanos e que na verdade eram tratados com total desrespeito e crueldade, e que eram vistos até mesmo como animais, para satisfazer o capricho e a ambição de comerciantes e chefes de estados. Mas o importante é que todos percebam na conclusão desse trabalho que os negros escravizados eram humanos e que precisavam de cuidados e de condições de vida melhores. É ver os negros escravos como pessoas, seres humanos e não como mercadorias que podem ser descartadas quando o seu dono bem quiser.

A escravidão no continente africano é um assunto de tamanha magnitude, mas que muitas vezes é esquecido por alguns pesquisadores. Ainda são bem poucos os trabalhos realizados nesta passagem da história. Porém novas pesquisas estão sendo realizadas numa tentativa de elucidar e compreender esse episódio histórico.

O trabalho será fundamentado em três capítulos, sendo que o primeiro discutirá a escravidão dentro do continente africano, as origens, as formas de escravidão, o comércio interno de cativos e o tráfico transatlântico.

No segundo capítulo a abordagem será o ensino da escravidão africana, e a proposta para um ensino da escravidão africana nas escolas.

No terceiro capítulo será o portfólio, onde será apresentado toda minha trajetória nos bancos escolares e os conhecimentos obtidos do Continente africano que foram possíveis dentro dessa trajetória escolar.

Capítulo 1

A escravidão no seu começo

1.1 Origens da escravidão

A escravidão sempre existiu nos meios sociais de vários povos. Fazer uma precisão da origem dessa prática, é uma tarefa muito difícil, no entanto, pesquisadores e arqueólogos encontraram descrições esculpidas em cavernas e pedras que comprovam que nas expedições militares egípcias, a captura de escravos fazia parte dos objetivos dos egípcios desde 2680 a. C. aproximadamente (Souza, 2016, pág.12). Quanto maior o número de escravos capturados melhor era considerada a campanha militar, e também maior era a virtude do faraó, que tinha a incumbência de dividir esses escravos com os desuses (sob a forma de sacrifício) o clero e a nobreza. Em um período de quatro mil anos, estima-se que ao longo do Nilo, o tráfico de escravos da Núbia para o Egito chegou a 500 cativos por ano. O sul do Egito se transformou em um grande mercado de venda de uma mercadoria de alto valor para a região, os seres humanos que depois de capturados e transformados em escravos eram vistos como seres irracionais, sem uma vida social e cultural e considerados como um objeto de escravização pelos mais poderosos e superiores.

No início o alvo desse comércio eram as mulheres que estavam acostumadas com o trabalho duro e conseqüentemente as crianças que se adaptariam mais fácil à nova situação. A captura de homens, as vezes muitos feridos em combates, era vista como uma situação mais complicada, a condução se tornava mais difícil e mais propensos às rebeliões e fugas. Com o passar do tempo as capturas de homens tornaram-se necessárias para serem incorporados no contingente do exército egípcio. Também eram aproveitados no trabalho nos canteiros de pedras e nas minas de ouro junto com as mulheres. Uma outra forma de escravização era o penhor, quando uma pessoa ficava a mercê de outra como garantia de uma dívida. A fome também levou muitas pessoas a se escravizarem. Muitos aceitavam a se transformar em escravos, em troca de comida para a sua comunidade. Nesse caso ele poderia ficar na própria comunidade, mudando apenas a sua situação de pessoa livre para escrava.

Existiam várias formas de escravização, sendo a mais comum o escravo de guerra. As guerras entre vizinhos normalmente produziam uma quantidade considerável

de cativos que poderiam ser vendidos na costa como escravos. Também invadiam territórios inimigos com objetivo de aprisionar pessoas, assim como endividamentos, julgamentos por crimes e heresias também contribuíram para a formação de escravos na África.

A escravidão na África era praticada muito antes da chegada dos portugueses no continente. Na África a riqueza era representada pela quantidade de escravos ou de gado, diferente da Europa que tinha como referência a quantidade de terras. Para os europeus a terra era o principal objeto de produção, enquanto que para os africanos o principal agente eram os escravos. Portanto, quem tinha um maior número de escravos, maior seria a sua ascensão na sociedade. O tráfico transatlântico de escravos teve uma participação efetiva dos africanos, pois eram eles que determinavam quem partiria para o Novo Mundo e isto revela um fato pouco conhecido dentro da história do tráfico de escravos. Líderes africanos negociavam, inclusive, cativos brancos, vindos do Mar Cáspio, dos Bálcãs e da Grécia. No século XIX um projeto de expansão europeia, mudou os moldes da escravidão que passou a ser essencialmente econômico e com contornos raciais, com o negro sendo transferido da África para a América na condição de escravo.

É importante destacar que o crescimento da comercialização de escravos africanos entre os continentes, se deve ao fato da presença da escravidão e do comércio de escravos dentro da própria África. Esse comércio de escravos foi muito importante para o desenvolvimento comercial entre as caravanas das regiões, através do continente, como consta em registros, desde o século IV, no Egito, na Núbia, na savana subsaariana e na Etiópia.

Para a maioria dos estudiosos africanos e europeus, a escravidão na África ocorreu antes mesmo da chegada dos europeus no final do século XV. Na escravização interna africana, as pessoas se tornavam escravas por punição a algum crime ou por dívidas como forma de penhora, é a chamada escravidão de linhagem, conforme é citada por alguns autores, ou ainda escravidão doméstica ou de parentesco, quando os vitoriosos escravizavam indivíduos de um vilarejo vencido após uma batalha armada e que empregavam a força de trabalho desses elementos na pequena agricultura, no cultivo familiar. A quantidade de escravos era pequena por unidade familiar, mas eles representavam influência e reputação para seus senhores e um outro detalhe considerada menos agressiva, pois podiam se casar com pessoas livres, tinham acesso à terra e as vezes eram considerados membros da família de seu proprietário.

Depois do século XVI, houve uma renovação das sociedades africanas modificando a forma de escravidão doméstica para escravidão de larga escala. A partir desse momento começaram os ataques a vilarejos e os raptos de pessoas com o objetivo de comercialização externa. A escravidão doméstica pré-colonial estava vinculada ao parentesco, no caso da escravidão em larga escala o controle era mais trabalhoso e caro, por isso as crianças eram mais visadas por se adaptarem mais facilmente às novas regras sociais (Souza, 2016: pág. 17).

A produção de escravos visava o sexo feminino e as crianças de um modo geral. A explicação pela escolha por escravas femininas, é devido ao papel das concubinas na produção de novos escravos. Alguns autores destacam um fator econômico que levavam à compra de mulheres e crianças, a reprodução no caso das mulheres e por serem de fácil domínio e adaptação (Souza, 2016: pág.18).

Muitas das mulheres escravas tinham como destino os países muçulmanos, que em sua cultura e religião aceitavam o sistema de concubinação e onde as concubinas tinham um lugar de preferência como companheiras e mães além de uma grande capacidade de reprodução com um custo mais barato para seus proprietários em relação às suas mulheres esposas. Esta questão se tornava mais forte na África Central, onde o controle dos filhos pertencia ao parente consanguíneo mais velho da esposa, enfraquecendo com isto a linhagem do homem. Ao se casar com uma escrava o homem detinha para si o direito sobre os filhos que deveriam ser fieis ao seu senhor. Um dado interessante apontado por alguns autores, os filhos da escrava concubina e ela se tornavam livres após a morte de seu proprietário.

Alguns reinos, principalmente os de influência islâmica, a segunda geração de escravos adquiridos se tornava livre, quebrando assim o ciclo de reprodução de mão de obra escrava. Essa reposição de mão de obra tinha que ser feita através do comércio ou por ataques militares violentos. A África produzia também um tipo distinto de trabalho caracterizado por grupos de trabalhadores que mantinham uma relação com seus proprietários mais distantes e impessoais. Esses grupos realizavam trabalhos agrícolas, nas minas, transportes, nas residências e atividades militares.

A escravidão levou a uma transformação social muito grande nos estados africanos, quando passaram a utilizar os escravos na produção, como instrumento do poder político e na servidão doméstica, inclusive nos serviços sexuais. Havia uma demanda regular de escravos e com o aumento considerável de escravo, a organização social acabou sendo afetada. Na África pré-colonial também haviam grupos sociais que

se tornaram empresários, que é especialistas na captura de escravos, com objetivos comerciais. Com as mudanças na produção de escravos, houve uma modificação em toda a sociedade, tanto na camada política, como na econômica. Os Estados se organizaram para atender os interesses superiores e formaram exércitos para controle social e conquistar cativos através de guerras (Souza, 2016: pág. 20-21).

Foi constatado por estudiosos que um comércio pré atlântico fez uso de escravos em grande escala se transformando em um mecanismo de escoamento da produção escravista. Historiadores também constataram que os produtos comercializados nas caravanas inter-regionais do Saara, eram o ouro e marfim que eram trocados por sal e que escravos também eram comercializados nesta rota. Na África pré-colonial, o Estado foi forçado a criar um modelo eficiente de controle social, pois o comércio a distância desenvolveu as relações sociais de produção escravista. Estados que passaram a utilizar como modo de produção econômica a captura de escravos para o comércio: Gyaman (na atual Costa do Marfim), Segou, Daomé, Ashanti, o império Fulani entre outros (Souza, 2016: pág. 21). É importante destacar que a maior parte da mão de obra na captura de escravos eram feitas por escravos guerreiros que tinham privilégios materiais e sociais, mas eram escravos que pertenciam ao Estado e deviam obediência ao rei. Essa escravidão militarista, exército de escravos, era presente em muitos Estado da África pré-colonial. Esses escravos armados tinham influência nas decisões políticas, mas não tinha o direito de ser chefes políticos, de se casarem e nem de ter filhos pois essas situações poderiam competir com a fidelidade e atenção devidas ao rei.

1.2 - A escravidão na África

No século XV, a organização política e econômica do continente africano era baseada em torno do parentesco de famílias grandes e na convivência em comum de vários povos em um mesmo território e a tributação era a exploração entre esses povos. A identidade de uma pessoa era definida conforme o seu grau de parentesco com o patriarca ou a matriarca de uma determinada linhagem familiar.

Impérios poderosos como o Mali e reinos bem estruturados como o kongo, que não é o mesmo atual país do Congo, eram encontrados no continente africano, assim como pequenas comunidades que eram ligadas por laços familiares ou por linhagem. Merece também destaque, os grupos de comerciante nômades, agricultores e pastores que mudavam de uma região para outra em busca de bons negócios ou quando o clima os obrigasse. A busca pela expansão de reinos, as migrações, o trânsito de

caravanas, as disputas pelas águas dos rios, o controle pelas estradas e rotas inevitavelmente acabavam por se transformar em guerras e a submissão de um povo em relação a outro.

A África foi a principal fonte de escravos para as antigas civilizações, para o mundo islâmico, a Índia e as Américas. Na África, a escravidão perdurou até o século XX. Podemos dividir a escravidão em pelo menos três estágios: de 1350 a 1600, de 1600 a 1800 e de 1800 a 1900. Esses períodos escravistas foram importantes para a economia política africana. A expansão do comércio negreiro ocorreu em dois níveis em relação ao comércio externo. Primeiro foi o aumento da ocupação da área geográfica com um crescimento para fora das regiões que estavam envolvidas com o comércio exterior de escravos. Em segundo a crescente importância dos escravos na economia e na sociedade, no que resultou na transformação da ordem social, econômica e política, além de mudar também o formato do comércio exterior.

Os escravos em quanto propriedade, eram definidos como bens móveis, significando que eles podiam ser comprados e vendidos. Como proprietários, os senhores tinham total poderes sobre eles. De uma maneira geral, as sociedades impõem muitas restrições aos indivíduos, mas quanto aos escravos, são pessoas que na verdade são coagidas, intimidadas na maioria das vezes com violências brutais.

A escravidão negava aos estrangeiros os direitos e privilégios de uma determinada sociedade, sendo objetos para a exploração econômica, política e social. Sendo estrangeiros a escravização se tornava mais fácil, pois não havia um laço de ligação entre o senhor e seu escravo. Se senhor e escravo, tivessem a mesma cultura, a mesma língua, o credo fosse o mesmo e as relações políticas que determinavam como o poder eram exercidos fossem compreendidos, se tornava mais difícil o controle sobre o indivíduo. Por isso os escravos eram levados para locais distantes dos do seu nascimento destacando dessa forma a sua condição de estrangeiro.

A escravidão era marcada pela brutalidade e na forma como era conduzida a posição de uma pessoa que tinha a sua liberdade suprimida e transformando-a em uma pessoa cativa. Na maioria das vezes a guerra era a principal transformadora de pessoas libertas em escravas. A estreita ligação entre guerra e escravidão levou a se pensar em comercializar os escravos para ajudar a custear a guerra ou até mesmo utilizá-los na guerra. Uma outra forma de escravização eram os procedimentos judiciais e religiosos como forma de punição para crimes como assassinato, roubo, adultério e bruxaria. Nesses casos as formas de escravização eram bastante variadas e muitas vezes eram

vendidos para fora de suas comunidades. Como nas outras escravizações, esta também estava ligada diretamente à violência.

O senhor era a referência para a identidade do escravo, sendo também o responsável legal pelas ações do escravo, sendo essa responsabilidade a mesma para escravos administrativos e para trabalhadores comuns. Os senhores de escravos tinham um total domínio sobre eles, inclusive no controle de suas capacidades sexuais e reprodutivas e nas suas capacidades produtivas. Quando uma população chegava a uma proporção significativa, o acesso ao sexo e à reprodução eram severamente controlados. As mulheres, e até mesmo os homens, podiam ser vistos como objetos sexuais e o direito ao casamento podia ser controlado de forma rigorosa, inclusive os escravos do sexo masculino podiam ser castrados. Quanto as mulheres escravas, os senhores tinham direito sexuais sobre elas, que se tornavam concubinas ou esposas, dependendo da sociedade. Essas condições sexuais eram as principais razões que elevavam os preços das mulheres escravas em relação ao preço dos escravos homens. Para que o escravo pudesse ter acesso a uma esposa, era necessário aceitar a condição de escravo e trabalhar incansavelmente, sendo o casamento ou outras formas de uniões sexuais uma maneira de recompensar o escravo homem. Quanto as mulheres, os seus desejos quase não eram levados em consideração. Nas uniões entre homens e mulher escravos, a paternidade efetiva sobre a sua prole não lhes era permitida. Como se pode ver, o senhor podia compensar o seu escravo do sexo masculino ou inibir a sua sexualidade com a castração.

A condição de escravo era passada de geração para geração, significando que essa submissão continuava na geração seguinte, embora muitas vezes a condição de escravo eram muitas vezes modificadas. A condição dos escravos mudava do momento inicial de escravização, ao longo da vida do escravo, continuando nas gerações seguintes. As modificações variavam conforme a sociedade, sendo mais acentuadas em alguns lugares mais que em outros. Manter a ideia do escravo como um estrangeiro ficava cada vez mais difícil devido a sua compreensão e aceitação da cultura do seu senhor. Mesmo sendo considerados como estrangeiros, os escravos tinham acesso a terras, esposas, proteção, ritos religiosos e outros atributos. Os que nasciam na escravidão encontravam-se em uma posição diferente daqueles que tinham sido escravizados, pois eles não conheciam a violência inicial sofrida pelos escravizados. Mas isto não significa que a violência tenha sido descartada, sendo ainda uma ferramenta muito usada para o controle social. Os horrores da escravização e o medo da

arbitrariedade, produziam nos escravos tanto uma resignação da servidão quanto um despertar para uma rebelião.

Os filhos das escravas mulheres tinham direitos legítimos quando suas mães se tornavam esposas e concubinas. Se pudessem provar a sua competência e a sua lealdade, o escravo poderiam se tornar agentes comerciais e eram nomeados para posições oficiais. Normalmente os agentes que haviam sido escravos poderiam receber herança, mas tinham o direito de se casarem com os que haviam nascidos livres, se eles mesmos fossem libertos, o que poderia proporcioná-los a formar uma linhagem ilustre. Os escravos tinham uma grande importância na economia e na vida das pessoas. Se não fossem os escravos, a maior parte do sal teria que ser trabalhada de outra maneira. Os cativos também eram importantes em uma grande parte da produção das fazendas e os escravos domésticos estavam diretamente envolvidos na produção artesanal e têxteis das famílias.

A escravidão nos fornece elementos que nos ajuda a compreender a história da África, mesmo que as formas de exploração fossem bem variadas. O temor eram os ataques para a captura de escravos que envolvia não só a escravização, mas também a morte de muitos indivíduos durante as campanhas militares, como os velhos e os muito jovens que não eram de muita serventia. Os membros das famílias eram separados e como a demanda era por mulheres e crianças muitas vezes os homens eram executados. Quando eram poupados das execuções, frequentemente sofriam com a destruição de seus campos e casas, além de perderem o seu gado e outros bens móveis. A fome e a pobreza extremo também assombrava os sobreviventes. Os que eram escravizados passavam por momentos bem difíceis, com caminhadas forçadas, uma alimentação precária, com abusos sexuais e mortes durante o trajeto. Atravessar o Saara era tarefa mais árdua para muitos escravos. A distância longa da viagem e com a comida e a água tratadas de forma imprudente, se a caravana sofresse um ataque ou encontrasse um poço de água vazio, comboios inteiros de escravos poderiam ser suprimidos. Os jovens mais fortes passavam por castrações, porque os eunucos eram mais valorizados monetariamente, devido ao alto índice de morte com as operações malsucedidas, que podia atingir nove em cada dez meninos. Os escravos eram de suma importância na formação de exércitos e na produção de alimentos para a administração pública e para os soldados, além de serem a mercadoria que beneficiava os poderosos. O temor à escravização acabou convencendo as pessoas a pagarem os tributos em dia e a estrutura social se encarregava de distinguir quem era escravo e livres, mantendo uma identidade

corporativa para diversas profissões, como comerciantes, ferreiros, pescadores e vários outros. Apesar de não ter uma formação classista definida de maneira clara para os escravos, a escravidão era a sustentação, o esteio da formação social. A escravidão era o equilíbrio da sociedade e ao mesmo tempo mostrava a desigualdade existente entre os africanos.

1.2.1. Os árabes na África

Entre os africanos, o comércio de escravos era de pequena proporção, até a chegada dos muçulmanos no século VII, quando o cenário sofreu uma modificação com a elaboração de uma ideologia pelos árabes de uma inferioridade da raça negra e a sua condição sub-humana, onde até os escravos brancos discriminavam o negro. Entre a chegada dos Árabes até metade do século VIII, a escravidão doméstica de pequena escala conviveu com o comércio intensificado de escravos. A chegada dos muçulmanos transformou de maneira significativa a escravidão africana estabelecendo e aumentando o tráfico de escravos, colocando-o como uma atividade comercial de grande destaque na África. Agora o número de escravos comercializados dentro e fora da África cresceu muito e não era mais alguns poucos como na escravidão doméstica.

No século VIII toda a Costa Norte da África foi tomada pelos muçulmanos que com imensas caravanas, cruzavam o Saara em busca de ouro de Gana, dando início ao tráfico Transaariano de escravos que eram incorporados a exércitos e para trabalharem na agricultura. Apesar do tráfico de escravos ser predominante nas rotas terrestre e transmarinas, nos séculos XI e XV, milhões de escravos também foram traficados pelo Mar Vermelho.

Podemos dividir o comércio muçulmano entre três partes que estão relacionadas: os organismos governamentais, os comerciantes estrangeiros e os muçulmanos locais. Os funcionários do governo conseguiam um fácil acesso à uma grande parte dos escravos capturados em guerras, investidas e recebidos como tributos. O estado funcionava como se fosse uma agência de atacado e eventualmente aproveitava dessa situação para levar alguma vantagem. Os comerciantes estrangeiros, principalmente os do norte da África, do Egito, da Arábia e da Índia, buscavam nos mercados africanos escravos e outras mercadorias. Os muçulmanos locais comercializavam na savana setentrional, da Etiópia e da costa oriental africana, ora negociando com funcionários e comerciantes estrangeiros, ora comerciando com

atacado e exportações de escravos por conta própria. Os comerciantes muçulmanos normalmente se envolviam na comercialização de outras mercadorias, e não só de escravos. Os funcionários do Estado eram os maiores comerciantes, pois comerciavam não só em benefício do governo, mas também em benefício próprio. O mercado de sal, têxteis, gado e produtos alimentícios, ficavam por conta dos comerciantes particulares, no entanto, esses comerciantes também se dedicavam a importar alguns escravos, que podiam ser reexportados para a África do Norte ou aproveitados pelos comerciantes em suas propriedades, sendo essas atividades de pouca importância se comparadas com as atividades dos funcionários do Estado. Os diulas, (termo usado para definir a comunidade comercial muçulmana que tinha se espalhado na maior parte do Sudão ocidental), abriram novas rotas pelas florestas em direção a Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim com novas estradas. Essas rotas aumentavam as conexões que já existiam entre a savana e a floresta setentrional. O comércio dessa região passou a incluir a venda de escravos na costa e os importados europeus para o interior do continente. Um grande número de estados, entre eles Axante, Oió, Daomé, o sultanato de funje, Caçanje e Luanda procuraram controlar o comércio de escravos, permitindo somente que alguns ou nenhum comerciante particular exercessem as suas atividades dentro de seus domínios. A tentativa dos governantes em monopolizar a exportação de escravos tinha um fundamento, porque os próprios estados na maioria das vezes eram os principais fornecedores. O comércio exterior tinha à frente os comerciantes e os príncipes mais ricos e poderosos. Houve um crescimento muito grande da escravidão, influenciado pela demanda externa e pela rivalidade entre os estados africanos, razões que levavam a tensões que acabavam por escravizar as pessoas. A dependência econômica em relação às exportações de escravos foi inevitável, porque além de satisfazer as ambições dos comerciantes e governantes, a comercialização de escravos também contribuía para suprir várias regiões da África com moedas, têxteis, armas e outros produtos necessários para a administração econômica e política.

1.2.2. O islamismo como herdeiro

O islamismo se tornou o herdeiro da escravização nos séculos VIII, IX e X, dando continuidade à incorporação de escravos negros da África no norte do Saara e ao

longo das costas do oceano Índico. Nesse período, os Estados muçulmanos interpretavam a escravização de acordo com a sua nova religião, mas muitas das ocupações dadas aos escravos eram as mesmas de anteriormente, como nos serviços militares, administrativo e doméstico. O tratamento das concubinas e outras características da escravidão foram modificados, mas foi mantido em grande parte a função dos cativos na política e na sociedade. A principal preocupação era com a consolidação da escravidão no contexto islâmico, pois por mais de setecentos anos antes de 1450, o mundo islâmico era praticamente o único eixo de influência externa na economia política da África. No começo os escravos eram frutos das guerras santas que difundiram o islã da Arábia pelo norte da África e através da região do golfo Pérsico. A justificativa para a escravização era baseada na religião, e não sendo muçulmanos poderiam ser legalmente escravizados. Antes do estabelecimento dos primeiros califados, a grande parte dos escravos vinham das áreas de fronteiras onde a guerra santa ainda não havia terminado. Nem sempre os cativos eram negros, embora os negros formavam a maior fatia da população escrava. Muitos vinham da Europa Ocidental e também da Rússia e na maioria das vezes eram prisioneiros de guerra, não muçulmanos que tinham resistido à expansão do islamismo. Os meninos, sendo castrados ou não, eram treinados para o serviço militar ou doméstico, e os que tinham um melhor potencial, eram promovidos. As mulheres eram colocadas nos afazeres domésticos, sendo as mais belas colocadas em haréns. Os homens adultos e as mulheres menos atraentes eram destinados aos afazeres de menos importância e mais trabalhosos.

No campo religioso, a exigência era que os novos escravos fossem pagãos e a necessidade de manter a população escrava, fez da África negra uma importante fonte de escravos para o islamismo. Os muçulmanos e os comerciantes procuravam por escravos na África e as guerras locais, criminosos condenados, sequestros e sequestros por dívidas eram fontes de escravos para os comerciantes. Os cativos eram reunidos em pequenos grupos que seriam transportados através do mar Vermelho e através da costa oriental africana, e ainda na formação de caravanas para uma marcha através do Saara. A escravidão era vista como uma forma de converter os não-muçulmanos ao islamismo. Os senhores tinham a tarefa de ensinar a religião islâmica, e teoricamente os muçulmanos não podiam ser escravizados, mas na prática muitas vezes isto não era respeitado. A conversão não levava o escravo à emancipação de maneira automática, mas a incorporação na sociedade do senhor, somada com a conversão religiosa, era uma

salvaguarda para se conseguir a emancipação e normalmente uma garantia para um melhor tratamento.

1.2.3. As rotas comerciais do deserto e do Mar Vermelho

Durante vários séculos anteriores a 1600, a escravidão foi de suma importância para a ordem social, política e econômica de parte da savana setentrional, da Etiópia e da costa oriental africana. A escravização era um movimento organizado e reconhecido pela lei e pelo costume. A principal mercadoria do comércio era o cativo, tanto para a exportação quanto para a esfera interna, e a sua utilização era não apenas como concubinas, criados, soldados e administradores, mas também como trabalhadores comuns. O território onde a escravidão tinha uma maior importância se estendia pela fronteira sul do deserto de Saara, o mar Vermelho e a costa oriental da África. A escravidão encaminhou para uma expansão nesse período na utilização de escravos, seguindo as rotas comerciais para o interior e foi no sul do deserto e no interior da costa do mar vermelho que a exportação tendeu a se estabelecer. Nos séculos anteriores a 1600, a exportação estimada de escravos atravessando o deserto do Saara, o mar Vermelho e o oceano Índico totalizavam uma quantidade de 5.000 a 10.000 por ano, além de garantir um comércio regular de escravos no mundo islâmico, permitia um contato permanente entre os estados subsaarianos e as sociedades, assim como com os comerciantes de outras terras, propagando a lei islâmica e a concepção de escravidão. Estados africanos como Gana, Mali, Songai, Canem e Adal, tiveram participação no tráfico de escravos no mesmo momento em que a expansão da influência islâmica ocorria na África subsaariana. No vale do Nilo e na Etiópia, o padrão de escravidão era semelhante ao do Sudão Central e Ocidental. Mesmo com a existência de estados cristãos e sultanatos muçulmanos, havia uma forte inclinação para a estabilização do comércio e da sociedade islâmica, e também dos modelos islâmicos de utilização de escravos.

1.2.4. A escravidão na costa da Guiné

Na costa da Guiné, por volta do final do século XV e início do século XVI, houve uma mudança na escravidão que era vista como a parte marginal das sociedades

estabelecidas no parentesco para uma instituição que passou a se relacionar com estruturas sociais mais complexas. Com o crescimento do mercado europeu de escravos, acabou acelerando essa demanda. A escravidão passou a fazer parte do comércio de exportação, não deixando de atender à utilização doméstica. Com o aumento da escravização, como uma atividade onde homens e governos ambiciosos tinham consciência e viram na escravidão um mercado lucrativo, houve uma maior disponibilidade de escravos tanto para exportação como para o comércio interno. Mesmo antes da chegada dos portugueses, a escravidão era uma instituição importante no Congo. A cumplicidade dos portugueses, principalmente com a utilização de soldados portugueses, ainda em 1514, aumentou o potencial do Estado em adquirir escravos, que abasteciam o comércio externo em troca de bens de consumo e serviços importantes, assim como para o complemento da população escrava interna. Alguns cativos eram aproveitados como soldados, principalmente os que vinham do norte do rio Zaire acampa, enquanto que os acampamentos dos nobres congolezes também eram abastecidos de escravos. Quando ocorria a transferência do nobre para uma outra província, para uma atividade militar ou administrativa, eles levavam os escravos.

Podemos perceber que a escravidão era uma instituição importante no Benim e nos pequenos estados na Costa do Ouro, como também no Congo, ao percebermos que os portugueses para satisfazer a demanda por escravos na Costa do Ouro, importavam escravos de Benim e do Congo via São Tomé. Provavelmente esses cativos foram utilizados na mineração e na exploração do ouro como no início do século XVII. Os escravos também eram aproveitados como carregadores pelos comerciantes locais da Costa do Ouro, mostrando com isto a importância que eles tinham com trabalhadores comuns. Em Serra Leoa, no seu interior, a escravidão estava relacionada com a guerra. Ela sofreu uma série de invasões no século XVI, desalojando um número grande de pessoas, quando algumas foram escravizadas. Sob a liderança de John Hawkins, um inglês traficante de escravos e pirata, grupos de homens atacaram o continente na busca por escravos caracterizando o comércio transatlântico de Serra Leoa. Para Hawkins, o número de escravos era grande o suficiente para cobrir a demanda e executar o trabalho das atividades produtivas da sociedade. Estava ocorrendo uma transformação na escravidão e a presença dos europeus, somado ao crescimento da demanda, talvez tenha motivado essa mudança. Os cativos agora podiam ser utilizados internamente, vendidos e exportados como um bem móvel precioso, não sendo mais necessário piratas capturarem pessoas.

1.2.5. A política do tráfico de escravos na costa ocidental africana

É muito provável que nos séculos XVII e XVIII, a costa ocidental da África exportou 4.192.000 escravos. Uma parcela desses escravos, cerca de 1,5 milhão, vieram do golfo do Benim. Da baía de Biafra partiu outro milhão, destacando a primeira dessa região com uma grande fonte de escravos. Os portos de Bonny e Velha Calabar exportavam a grande maioria dos escravos, na sua quase totalidade em barcos ingleses. (Lovejoy, 2002, pág. 134). O crescimento dessa região como grande fornecedora de escravos dependia da evolução e da solidificação dos comerciantes do interior de Biafra. Da Costa do Ouro também saíram grandes quantidades de escravos no século XVII. Nas guerras grandes quantidades de escravos foram capturadas no interior do golfo do Benim, Costa do Ouro e Senegâmbia. Os escravos do delta do Níger e do rio Cross – a baía de Biafra – além de serem capturados nas guerras, eram adquiridos de várias outras formas, como sequestros, por dívidas, por condenações judiciais e a escravização reconhecida pela igreja, sendo essas as principais formas de escravização. Abaixo tabela com o número estimado de escravos exportados da África Ocidental através do Atlântico. (Lovejoy, 2002, pág. 135).

Tabela de escravos da África Ocidental através do Atlântico, c. 1640 – 1800

Região	Número de escravos	Porcentagem
Senegâmbia	366.000	8,7
Alta Guiné	235.000	5,6
Costa de Barlavento	144.000	3,4
Costa do Ouro	967.000	23,1
Golfo do Benim	1.470.000	35,1
Baía de Biafra	1.010.000	24,1
África Ocidental	192.000	-

Fontes: Base de Dados Du Bois, como discutido em Eltis, Behrendt e Richardson, a ser publicado. O número de escravos levados para as ilhas fora da costa da África e para a Europa não estão incluídos nos cálculos de Du Bois, e não foi feita nenhuma tentativa para estimar esses números. Assim, o número total de escravos deixando a África Ocidental foi maior do que os números nessa tabela.

1.2.6. A fragmentação política do continente - 1600 – 1800

Uma característica que merece um destaque na história da África no período de 1600 a 1800, foi a incapacidade dos governantes em formar grandes áreas

em estados centralizados, conseguindo apenas a formação de pequenas organizações políticas. Somente dois estados no século XVI, Songai e Bornu, poderiam ser chamados de impérios. A dimensão dos outros estados eram bem inferiores e em grandes áreas sequer existiam estados. Em 1800 a situação era um pouco diferente, continuava não existindo grandes impérios, mas o número de estados de uma forma geral aumentou e as áreas de sociedades sem uma formação de estado foi reduzida. Nesse período a fragmentação política associada à instabilidade era uma peculiaridade do período. Toda essa situação política facilitava a escravização de indivíduos. Songai foi o maior império antes do século XIX, estendendo a sua fronteira sobre grande parte da savana da África Ocidental, assim como aconteceu com Bornu, que também estabeleceu uma grande área de influência, apesar de ser menor que a de Songai. O sultanato de Sennar, na região superior do vale do Nilo, também obteve resultados semelhantes. Uma outra região que também sofreu transformações foi na Etiópia, quando uma guerra santa muçulmana ameaçava destruir a Etiópia cristã, contribuindo para a formação de um forte estado islâmico. O interior da bacia do Zambeze, Muanamutapa ou Monomotapa, região produtora de ouro, também foi unificada se transformando em um único estado.

O exército marroquino atacou Songai em 1591, mas o seu ataque não surtiu o efeito esperado e não conseguiu concretizar o domínio, em contrapartida, Songai não conseguiu expulsar os invasores o que acabou causando uma confusão e uma instabilidade política. Bornu aproveitou a confusão para se engajar em ataques para a captura de escravos, com o objetivo de financiar o comércio com o Império Otomano no norte da África, esperançoso em uma aliança política que poderia levar a legitimação estendendo a hegemonia de Bornu ao sul do Saara. Alguns ficavam impressionados com esta política, mas os diversos investimentos contínuos para a captura de escravos, acabou enfraquecendo a influência de Bornu nas áreas afetadas, limitando a propagação do islã. Ocorreu uma desintegração política como também dos estados de forma gradual e que ocorreu em todo o percurso da bacia atlântica, justamente onde os europeus influenciavam a demanda por escravos, ouro e outras mercadorias de maneira muito forte. As guerras africanas registradas no período contemporâneo ao da Europa e da Ásia podem parecer não muito diferente, o que as distinguem são os resultados, onde na África os perdedores se tornavam escravos e grandes estados não eram formados, assegurando uma unidade e segurança para os seus indivíduos. Novos cultivos vindos da América foram introduzidos, aumentando assim a produção de alimentos e contribuindo para manter os níveis da população, mesmo com os números grandes de

exportações de escravos. A movimentação de escravos contribuiu para um aumento do comércio facilitando a linha de crédito, a moeda, mercados e um transporte regular. Mesmo com a sua introdução humilde na economia política mundial, a África continuou sendo a representação da pobreza no globo terrestre. Parece que o continente tinha como função abastecer os campos de plantações, as minas das Américas, os haréns e exércitos do norte da África e da Arábia.

1.3. Comércio atlântico e suas origens

Os europeus chegaram no continente africano em busca de ouro, mas não conseguiram o metal tão precioso, então partiram com a mercadoria de maior valor que estava em suas mãos, escravos africanos. No entanto uma dúvida incomodava os africanos, que era o destino reservado aos cativos africanos. Havia várias crenças relacionadas a essas dúvidas, sendo uma delas a crença de que os europeus eram canibais e que comiam a carne dos negros e o sangue era usado no tingimento de tecidos e na preparação de vinhos. Os chefes políticos desconfiados, dificultou o acesso dos europeus nas regiões auríferas e os comerciantes não permitiram o acesso deles nas rotas transaarianas. Os europeus persistiram e construíram em Arguim a primeira fortificação portuguesa na África em 1445, com o objetivo de desviar o comércio transaariano. Com o tempo a desconfiança foi sendo superada e as transações com os africanos que moravam próximos ao rio Gâmbia foram crescendo; comerciando com pessoas do poderosíssimo Império do Mali, chegando em 1460 com boas relações comerciais. Mas ainda não haviam alcançado o seu principal objetivo, o comércio transaariano e também não conseguiram se aproximarem das minas de ouro.

Durante os séculos XVI e XVII, os portugueses perceberam um mercado lucrativo, o comércio marítimo de mercadorias valiosas como noz de cola (semente com propriedades medicinais, que mastigada refresca a boca, reduz o cansaço, a fome e a sede), entre os portos não muito distantes na região conhecida com Costa do Ouro. Para se conseguir bons preços, as mercadorias precisavam atravessar grandes distâncias até o consumidor final, passando por vários intermediários, aumentando o preço das mercadorias. Os portugueses perceberam esse comércio e a valorização do escravo como moeda de troca, passaram então a comprar negros africanos para vender aos próprios africanos pela costa africana, se aproveitando da velocidade de suas caravelas. (Albuquerque; Fraga Filho. 2006. Pág. 23-25).

O crescimento do reino do Benim, se deve ao fato de ter se integrado ao comércio de escravos nos séculos XVI e XVII. O controle do comércio ficava nas mãos do rei, que comprava e vendia sal, peixe seco, noz de cola, couros, tecidos e cobres. Os portugueses procurando aproximar o reino de Benim ao reino lusitano, tentaram converter o rei do Benim ao catolicismo. Mas não era interessante para o rei africano ter um compromisso exclusivo com Portugal, pois outros europeus como os ingleses, franceses e holandeses, também tinham interesses mercantis com o reino. Nos acordos comerciais, o rei do Benim deixava claro que os interesses dos povos africanos também deveriam ser levados em consideração. Para compreender a prosperidade do tráfico de escravos é preciso considerar os interesses de europeus e africanos. As nações europeias tentaram controlar as regiões produtoras de escravos, mas o tráfico de escravos era um comércio muito complexo que envolvia chefes políticos, pequenos e grandes comerciantes africanos. Existe uma hipótese de que 75% das pessoas comercializadas nas Américas eram pessoas capturados em guerras. (Albuquerque; Fraga Filho. 2006. Pág. 26-27). O mapa político africano se reestruturou com a ambição por escravos e alguns reinos chegaram ao auge nos séculos XVII e XVIII se beneficiando com o tráfico negreiro. Alguns desses são reinos de Daomé, Sadra, Achanti e Oió, que era apenas uma cidade-estado iorubana que tinha como principais atividades a agricultura e a tecelagem até século XVI, que perderam espaço para o tráfico. As cidades Iorubanas, no final do século XVI, participavam intensamente do tráfico de escravos e a região do golfo do Benim que passou a se denominada como Costa dos Escravos.

1.3.1 O tráfico atlântico

Durante os séculos XVI e XVII, os portugueses perceberam um mercado lucrativo, o comércio marítimo entre os portos não muito distantes na região conhecida como Costa do Ouro. Para se conseguir bons preços, as mercadorias precisavam atravessar grandes distâncias até o consumidor final, passando por vários intermediários, aumentando o preço das mercadorias. Os portugueses perceberam esse comércio e a valorização do escravo como moeda de troca, passaram então a comprar negros africanos para vender aos próprios africanos pela costa africana, se aproveitando da velocidade de suas caravelas.

O tráfico europeu de escravos através, do atlântico influenciou na evolução da escravidão na África, principalmente na costa da Guiné, onde o islamismo teve

pouca atuação ou até mesmo não teve nenhuma atuação. As exportações de escravos pelo Atlântico cresceram gradualmente nos primeiros 150 anos, totalizando 409.000 escravos entre 1450 e 1600. Depois disso o comércio cresceu superando todas as exportações anteriores da África, chegando a um total de 11.313.000 entre os anos de 1450 a 1900. A influência islâmica, europeia e outros desenvolvimentos políticos e econômicos afetaram os rumos da escravidão. Nas sociedades onde havia somente alguns poucos escravos, surgiram sociedades escravocratas, dando um destaque à escravidão como uma instituição fundamental. As áreas que tinham um melhor desenvolvimento político e econômico eram as mais procuradas pelos cativos, tanto dentro como fora da África. Lembrando que os escravos eram exportados da África e não importados para a África. A inclusão da África em um mercado internacional de escravos se deu porque o continente africano tinha uma grande oferta de escravos, que por sinal, tinha uma capacidade de fornecer escravos tanto para o comércio exterior como para o mercado interno.

A venda dos escravos ocorria geralmente quando fracassavam nas suas obrigações, e a venda era realizada pelo Atlântico, pelo deserto do Saara, pelo mar Vermelho e pelo oceano Índico, como uma forma de punição, portanto, se sentindo ameaçados, ficava mais fácil controlar as rebeldias dos cativos. Ao serem vendidos, os escravos corriam grandes riscos de marchas forçadas, alimentação precária, riscos de doenças em condição de exaustão e fome e maus-tratos. A África era um reservatório de escravos baratos e abundantes desde os tempos remotos que eram exportados para o exterior. Pensar que os africanos escravizavam os seus irmãos é um equívoco, apesar de ter acontecido algumas vezes, mas os africanos escravizavam os seus inimigos. A escolha de quem deveria ser escravizado atendia a demanda do mercado externo. Na África, escravizadores e proprietários de escravos eram muitas vezes os mesmos. O comércio de escravos cresceu, o processo de escravização desenvolveu, procurando atender os novos e maiores mercados, além da utilização de escravos na África ter se tornado mais comum. Em muitos momentos, o comércio exterior via a venda de escravos como a principal mercadoria.

Quando os portugueses chegaram na costa atlântica africana nas décadas de 1430 e 1440 e atingindo o rio Senegal em 1445, abriram uma rota simultânea às transaarianas. O objetivo de Portugal era o ouro e os escravos africanos, mas eles não descartavam a ideia de comercializar pimenta, marfim e outros produtos. Os investimentos para a exploração da costa africana tinham como objetivo evitar a

intermediação dos muçulmanos que depois de expandir o comércio transaariano existente, abrindo a rota marítima, eles passaram a atuar como intermediários no comércio interno africano. Os comerciantes portugueses e muçulmanos interligavam a África subsaariana a região do mediterrâneo, além de participarem do comércio regional da África Ocidental. Na Costa do Ouro havia um efetivo comércio de escravos onde os portugueses também podiam comprar ouro. Havia uma articulação para uma independência de comércio sob a influência muçulmana no Reino do Congo, principal estado na costa da África Central, em 1482 na chegada dos portugueses. Entre os anos de 1506-45, o rei Afonso I e a coroa portuguesa, estabeleceram uma aliança por meio de seus representantes na capital congoleza de São Salvador e nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Afonso buscava aumentar o seu poder com reformas, que incluíam a aceitação do cristianismo e a confiança nos conselheiros portugueses. O tráfico de escravos era usado por Afonso I como forma de promover os interesses do Estado. Com os conflitos na fronteira e cobrança de impostos, o Estado conseguia escravos para exportação. Em 1526, o rei nomeou dois membros da família real para a ilha de São Tomé, que administravam o transporte de alguns escravos em nome do rei Afonso I. Todos os esforços de centralização não tiveram grandes resultados, na verdade o que ocorria nesse período da história congoleza era as tentativas do Estado na busca de um monopólio e os comerciantes particulares portugueses e congolezes. O que ocorria na verdade era um conflito entre os comerciantes de escravos, oficiais e particulares e não entre o Congo e Portugal. Toda essa luta pelo controle do tráfico, acabou facilitando o crescimento das exportações de escravos. A maioria dos escravos eram levados para São Tomé, de onde eram encaminhados para outros lugares, ou até mesmo utilizados em plantations locais. De 1530 a 1550, São Tomé iniciou as exportações para a América abastecendo o comércio espanhol. Esse comércio para a América continental manteve a sua supremacia, até que no final do século XVI ocorreu a decadência de São Tomé.

A costa africana também recebia europeus de outras nacionalidades, além dos portugueses. Espanhóis e franceses também faziam visitas aos africanos em busca de ouro, peles, marfim, paus tintórios, papagaios e alguns escravos. Quando descobertos pelos portugueses, eram atacados, queimados e colocados em fuga. As vezes acontecia o contrário, como em dezembro de 1556, quando cinco navios franceses incendiaram e afundaram um navio português. (Silva, 2002. Pág. 332).

Os portugueses tentavam convencer os reis e líderes da região costeira a não comerciar com os outros europeus dizendo serem piratas e que deveriam ser

combatidos. No início os portugueses conseguiram o seu objetivo, mas com o tempo os lusitanos foram perdendo espaço e na metade do século XVI as naus de outras nações começaram a fazer visitas com uma maior frequência e as dificuldades encontradas pelos portugueses em afastá-los se tornava cada vez maior, mesmo porque o litoral era muito grande e eram poucos os navios para patrulhar. Em terra os africanos vendiam para quem pagava o melhor preço e compravam de quem proporcionavam as melhores ofertas. Os ingleses, franceses e holandeses além de pagar melhor, também abasteciam os africanos com mercadorias que os portugueses se negavam a fornecer, como artigos de ferro, produtos não produzidos naquelas regiões.

A infraestrutura comercial escravagista que exportou 9.640.000 escravos para as Américas e terras islâmicas entre 1600 e 1800, acabou introduzindo muitas das partes da África uma com as outras e com o mercado externo. Mas é preciso destacar que nem todos os escravos eram negociados por essa infraestrutura, pois muitos escravos não fizeram parte desse mercado. Os que eram capturados em guerras eram normalmente distribuídos entre os exércitos que haviam feito a captura. Muito raramente eles eram ofertados como presentes aos santuários religiosos ou aos intelectuais muçulmanos; as meninas e as mulheres eram divididas para serem servidas como concubinas e esposas e os jovens eram enviados para os exércitos. O comércio de escravos tornou-se importante em todos os lugares onde houve um bom desenvolvimento, principalmente onde os comerciantes muçulmanos atuavam e a oferta europeia era grande. Os valores dos escravos aumentavam conforme a distância em que se encontravam de sua comunidade, pois quanto mais distantes estivessem de casa, maior seriam as dificuldades de fugirem para um território familiar.

1.3.2 O comércio de escravos século XVII

Comerciar na África no final do século XVII, para os europeus, significava a compra de negros para serem vendidos na América. Navios espanhóis, ingleses, dinamarqueses, franceses, holandeses, suecos e portugueses passavam em diferentes pontos do litoral africano recolhendo cativos, no entanto cada uma das nações europeias tinha suas áreas de comercialização. Os portugueses buscavam escravos na costa norte de Angola, porém vez ou outra paravam nos portos de Senegâmbia e nos lugares de onde havia adquirido os primeiros cativos. O destino da maioria dos escravos que saíram da Senegâmbia e da Alta Guiné (região entre o Gâmbia e o cabo Mount) foi a

Europa, as ilhas atlânticas e a América espanhola. Os portos atlânticos exportaram milhares de escravos da Senegâmbia durante o século XVI e a metade do século XVII, mas é muito provável que tenha sido menor do que as vendas das rotas transaarianas. Bem no começo de 1600, Angola e a Costa dos escravos foram os grandes provedores de negros para o continente americano. A Senegâmbia e Alta Guiné perderam um pouco de sua posição em relação ao tráfico mundial, mas não que tenha passado a exportar menos indivíduos, mesmo porque os franceses na segunda metade do século, intensificaram a compra de negros nessas regiões para suprir a mão de obra escrava em suas plantações nas Antilhas. Nas Antilhas inglesas não foi diferente, na primeira metade dos anos 1600 saíram da África 20.700 negros e os números cresceram para 173.800 na segunda metade. (Silva, 2002.Pág. 578 e 586).

Eram vários os bandos em busca de escravos que atacavam aldeias, pequenas caravanas a caminho dos mercados, viajantes, mulheres que lavavam roupas nos riachos e crianças brincando distraídas fora de suas vilas. Mas as resistências aos ataques nos vilarejos ou as perseguições em busca dos sequestrados por familiares não eram raras. A dedicação à captura por escravos não era uma empreitada fácil, porque o caçador poderia acabar virando a presa. Quem a desempenhava era somente quem tinha uma certa margem de segurança por guerreiros que pudessem destruir as reações dos agredidos. Vários reinos experimentaram mudanças ocasionadas pela busca transatlântica de escravos, onde o comércio de cativos passou a ser fundamental para o bom funcionamento do estado. O estoque de escravos era uma constante, tanto para serem comercializados como para o consumo próprio para reposição de seu exército que trabalhavam na captura de novos escravos e também no cultivo de alimentos.

Cidades capitais ou seu centro mercantil podiam ser encontrados sem precisar percorrer 25 km da costa no início do século XVII, sendo muitas vezes junto às feitorias e fortificações europeias. Passados cem anos não era preciso percorrer a metade dessa distancia para encontrar esses centros comerciais. Na selva desenvolveram-se novos estados próximos aos campos produtores de ouro e suas capitais foram cercadas por muralhas de terras ou pedras ou até mesmo por tapumes. As cidades do interior eram maiores que as do litoral apesar dos estímulos dos 32 fortes europeus mantidos naquela parte da costa.

As várias cidades-estados, com o apoio ou não dos fortes europeus, lutaram contra as investidas de conquistas feitas pelas forças do interior. Os fortes europeus assentados na Costa do Ouro – alguns deles mudando de dono de tempos em tempos –

tornaram-se razão para mudanças políticas. Em sua maioria, os chefes europeus continuaram pagando os tributos aos chefes das terras em que estavam estabelecidos, mas houve casos em que chefes locais passaram a pagar tributos aos comandantes dos fortes europeus vizinhos. As fortalezas europeias também influenciaram de outras formas, como a contratação de africanos para o trabalho assalariado, aprendendo assim novos ofícios e artifícios dos brancos. Alguns aprenderam em casa, pois eram frutos da união de europeus com mulheres locais. Aproveitando-se desse conhecimento, teve indivíduo que se tornou intermediário astuto e habilidoso com os brancos de um lado e os chefes locais do outro lado. Teve indivíduos que foram além, conseguiram construir sua própria estrutura de poder.

Capítulo 2

A escravidão africana e seu ensino

2.1 Lei regulamenta o ensino de história afro-brasileira

O ensino da História da África foi discutido durante todo o século XX, temos como exemplo de luta, a Frente Negra Brasileira, que declarou em 1930, como uma de suas prioridades, a dedicação a favor de uma educação que incluísse a história africana e dos povos negros e um combate às discriminações contra as crianças nas escolas. O Teatro Experimental do Negro, que tinha como líder Abdias do Nascimento, debateu uma formação geral das pessoas negras, propondo políticas públicas direcionadas à população negra sendo consideradas as primeiras propostas de efetivas no Brasil. Em 1978, a inclusão da História da África foi defendida pelo Movimento Negro Unificado (MNU), uma das instituições do movimento negro no Brasil daquela época. Na década de 1980, especialistas da área da educação do Movimento Social Negro, organizaram um debate amplo para discutir a importância de um currículo escolar onde fosse feita uma reflexão sobre a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira. A Marcha Zumbi, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 1995, foi um movimento que mais se aproximou e fez reivindicações propondo políticas públicas para a população negra, com a inclusão de políticas educacionais, sugeridas para o governo federal.

O resultado depois de décadas de lutas, foi a assinatura da Lei nº 10.639, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 9 de janeiro de 2003, quando passou a ser obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira. O cumprimento desta determinação fará com que a educação no Brasil venha a ganhar muito, pois será incluída no dia a dia a igualdade racial, contribuindo para o

enriquecimento ainda maior da cultura e das relações sociais afro-brasileira, com o reconhecimento e valorizando da contribuição dos africanos e afro descendentes na formação social do Brasil. O empenho dos educadores de todo o país é fundamental para que Lei nº 10.639/03 seja de fato efetivada, cumprindo assim o seu papel dentro da sociedade brasileira.

2.2 A necessidade de se estudar a história da África e do negro

Diversas culturas e etnias, e descendentes de vários povos foram reunidos em várias regiões do mundo com as migrações e o tráfico de negros. Nos últimos cinco séculos, aproximadamente, os acontecimentos pos-colonialíssimo, estimularam nova migrações das populações de países pobres e em desenvolvimento, principalmente africanos, para as regiões de países ricos e desenvolvidos como europeus e norte-americanos. As migrações somadas ao tráfico negreiro e às colonizações, mais a perversidade da globalização econômica, provocam problemas na convivência dos diversos povos. É muito comum ver, dentro desses problemas, a prática do racismo, da xenofobia e as intolerâncias religiosas, resultando a desigualdade e caracterizando como violação dos direitos humanos, principalmente o direito à igualdade e ao mesmo tempo o direito de ser ele mesmo, diferente. Por isso a necessidade dos países do mundo elaborarem políticas visando o respeito e o reconhecimento das diferenças, buscando a formação de uma nova cidadania implementada por uma pedagogia pluricultural, que poderá contribuir para a formação de uma cultura de paz, acabando com as guerras entre os povos.

Reconhecendo a diversidade cultural, no plano político as culturas menores serão beneficiadas e protegidas, exemplificando, as culturas indígenas brasileiras e de outras regiões do continente americano que estão sendo destruídas por conta das invasões de seus territórios. Juridicamente, reconhecer as identidades particulares dentro do âmbito nacional caracteriza uma questão social e de direitos coletivos. Existem debates em todo o mundo relacionados à preservação da pluralidade, como sendo uma das riquezas da humanidade. A principal questão em discussão é como estabelecer, sem que haja conflitos, a liberdade individual e reconhecendo as diferenças culturais, assim como as garantias constitucionais. É uma questão que leva a uma reflexão complexa que envolve principalmente o político, o jurídico e a educação.

No Brasil anterior a 2001, ano em que ficou marcado pela III Conferência Mundial da ONU contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, em Durban, África do Sul, esta questão não recebia o apoio da grande imprensa, do governo e da população, tirando os poucos estudiosos e pesquisadores que estavam envolvidos com o tema nos meios acadêmicos. As autoridades brasileiras pareciam despreocupadas fundamentadas no imaginário de uma democracia racial, um país sem preconceitos e discriminações raciais. Esse pensamento equivocado impediu que o Brasil estabelecesse leis de proteção aos direitos humanos das populações não brancas, convivendo com injustiças violação dos direitos humanos contra negros e indígenas por anos, conforme pesquisas realizadas pelo IBGE e Ipea na última década. (Munanga, 2015. Pág. 23). Depois da conferência de Durban, o Brasil abraçou as propostas dessa conferência com políticas reais que favorecessem os negros, índios e as camadas menos favorecidas, incluindo a criação de cotas em universidades. As resistências, as controvérsias e polêmicas relacionadas a essas políticas, mostram a realidade de uma sociedade onde o imaginário ainda é visto como sendo verdadeiro. Por isso a necessidade de introduzir a história da África e do negro nas escolas e na sociedade brasileira.

2.3 A perspectiva da história africana nas escolas do Brasil

No Brasil a História da África era citada de uma forma insignificante até meados dos anos de 1990, já que o continente africano era mencionado de maneira secundária, se referindo aos fatos marítimos dos séculos XV e XVI, ao tráfico de escravos, imperialismos e independências africanas. Houve uma modificação no ensino de História do Brasil nos últimos vinte anos, não atingindo de maneira expressiva o estudo da História da África. De 1938, quando foi criada, até final de 1970, as mudanças ficaram restritas ao modelo pragmático dominante já existente. Nos anos 1980 e 1990 foi instituído um diálogo com vários setores interessados em rever o ensino da História em sala de aula. Até o fim da ditadura militar, os alunos tinham que se sujeitar um ensino de História com memorização de datas, nomes de heróis, longas lista de presidentes e personagens. Para completar, ainda tinha uma valorização extrema do ensino político que não era nada estimulante, enaltecendo o euro centrismo na História Geral e uma exaltação da nação e de seus governantes na História do Brasil. Com o fim do governo militar, historiadores, professores e técnicos, buscaram alternativas,

procurando remodelar o ensino de história. Os historiadores do século XIX e início do XX, consideravam o começo da História da África somente quando os europeus passaram a se relacionar com as populações locais do Continente, e começaram a realizar mudanças na África.

O que se pode deduzir é um descaso com o passado do continente africano ao deixar de investiga-lo. Mesmo que alguns historiadores se interessassem, a maioria entendia como sendo dispensável e impraticável. O Continente que é o berço da humanidade foi sentenciado por muitos homens ao descaso e como sendo inferior. No entanto, um pouco antes das lutas pelas independências, por volta dos anos de 1950 e 1960, se estendendo até o final da década 1970, ocorreram mudanças quanto a esta questão. O que se pode concluir é que houve uma transformação na segunda metade do século vinte, com uma diversificação e ampliação dos estudos realizados sobre o Continente negro. A divisão política do Continente forçou a elaboração de histórias políticas voltadas para cada região “criadas” pelos europeus, e que depois foram reproduzidas pelos africanos. Com a independência, a nova elite política e intelectual, se viu diante da necessidade de uma elaboração das identidades africanas dentro do Continente e diante do mundo. Para que isto ocorresse era preciso voltar ao passado na busca de indivíduos legitimadores da nova realidade e por heróis precursores e acontecimentos extraordinários dos novos países africanos e inclusive da própria África. Esse cenário colocaria a história do Continente africano em uma posição parecida com a europeia, muito rica e diversificada.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/1996, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da área de História, em 1998, possibilitaram uma possível aproximação com a história do continente africano. Os livros didáticos de História do Ensino Fundamental para o terceiro ciclo, 5ª e 6º anos, a partir de 1999, passaram a incluir nem que fosse um (1) capítulo sobre a história africana, referente normalmente ao século VII ao XVIII. A Lei nº 10639/2003 alterou a LDB, tornando obrigatório o ensino da história africana nas escolas brasileiras. Em 2004 foi elaborada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. Esses documentos tinham como objetivo o direcionamento da importância ou da obrigatoriedade dos estudos da história africana nas escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

2.4 A história da África, a LDB e PCNs

O Ensino Fundamental tem como um de seus principais objetivos, segundo os PCNs, a necessidade que professores e estudantes reconheçam que é preciso um maior reconhecimento do “patrimônio sociocultural brasileiro e os “aspectos socioculturais de outros povos em uma posição contra qualquer tipo de discriminação. A LDB determinava que o ensino da história do Brasil nas escolas, deveria considerar as diversas contribuições que outras culturas e etnias deram para a formação do povo brasileiro, conforme é entendido pela lei, sendo os principais povos para esta contribuição os indígenas, os africanos e os europeus. (Oliva, 2009. Pág. 3-4).

Apesar de defenderem a inclusão da história da Europa, América e África nas escolas do Brasil, as PCNs em vários momentos fazem indicações superficiais, pouco precisas e insatisfatória sobre os conteúdos e assuntos envolvendo os estudos da história do continente africano. São encontradas apenas referências relacionadas mais ao ensino fundamental com abordagens em sua maior parte cultural. Os redatores do documento encontraram dificuldades na definição nominal dos possíveis grupos civilizatórios ou das sociedades africanas que poderiam ser discutidos ou introduzidos na história do Brasil, pois os povos teriam a denominação de “daomeanos, iorubás, gegês, kêtus, bantos, congolezes, angolanos e moçambicanos”. A dificuldade não se resume apenas na identificação dessas sociedades, mas também na sua distribuição dentro do contexto e no seu tempo. (Oliva, 2009. Pág. 5-6).

Nos PCNs o que se refere ao estudo da História nos 5º e 6ª anos, os conteúdos são abordados a partir da organização central de temas como “História das relações sociais, da cultura e do trabalho”, e dos subtemas, “As relações sociais e a natureza” e “As relações de trabalho”, que abrange a origem da humanidade até o século XVI e XVII e pouco se fala do continente africano. Algumas passagens da história da África podem ser vistas, mas de uma maneira muito superficial e de pouca consistência. Após as abordagens dos temas citados acima no 5ª e 6ª anos, os PCNs pulam para as abordagens do período das Expansões Marítimas Europeias dos séculos XV e XVI, onde a África é mencionada novamente de forma secundária. (Oliva, 2009. Pág. 6-7).

Não se pode ignorar o grande número de estudos realizados e protegidos pela história social da escravidão no Brasil realizados nas últimas décadas, mas

lembrando que a história da escravidão no Brasil não pode ser confundida com a História da África, no entanto isto deveria ficar bem claro no documento.

Os PCNs também dão um destaque para as diferentes formas de escravidão, inclusive no continente africano, indicando que é necessário identificar e analisar os diferentes tipos de escravidão, servidão e trabalho livre, permitindo aos estudantes e professores construir imagens dos africanos, opostas às aquelas que os caracterizam como vítimas da escravidão, colocando-os como atores principais da história e não como coadjuvantes.

Para o quarto ciclo do Ensino Fundamental, 7º e 8º anos, a proposta temática foi a “História das representações e das relações de poder”, que são subdivididas em dois subtemas “Nações, povos, lutas, guerras e revoluções”, e, “Cidadania e cultura no mundo contemporâneo”. Para esse ciclo o tempo histórico a ser abordado seria o século XVII aos tempos atuais, abrindo um leque para o mundo moderno e contemporâneo ocidental e oriental. Mas os autores dos PCNs alertam que os conteúdos indicados são apenas propostas que podem ser realizadas e que não devem ser trabalhadas em sua totalidade. (Oliva, 2009. Pág. 9).

A história africana tem as suas primeiras referências no tópico os “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, na África e no Oriente”, vinculados ao subtema “Nações, povos, lutas, guerras e revoluções”. O quarto ciclo é muito semelhante ao terceiro quando observamos as sugestões para o ensino do continente africano, as suas precariedades em relação aos estudos dos outros continentes. O recorte temático-cronológico de outros conjuntos civilizatórios é muito mais amplo do que os conteúdos encontrados das civilizações africanas. Segundo Oliva, os PCNs sugerem que a história da África deve ser estudada, mesmo que em seus textos esta expectativa não é especificada, a partir de suas sociedades tradicionais e não por suas formações estatais e civilizações. Outras abordagens seriam colonialismo e imperialismo na África, descolonização das Nações africanas, Estados Nacionais africanos, experiências socialistas na África (Angola, Moçambique etc.); apartheid e África do Sul, fome e guerras civis na África, guerras entre as nações africanas, povos, culturas e nações africanas hoje. (Oliva, 2009. Pág. 9-10). São temas de grande relevância, mas é notório que existe uma supervalorização somente dos temas que envolvem o continente nos últimos anos, excluindo os temas clássicos como o colonialismo, o imperialismo e as independências africanas.

2.5. Proposta para o ensino de História da África nas escolas

O Brasil passa por transformações importantes na aplicação do ensino na área da educação. Essas transformações são provenientes de mudanças na ordem social que cobram um aprendizado e novos conhecimentos de seus alunos. Fóruns e movimentos não governamentais foram importantes no combate às desigualdades e discriminações dentro da área de aprendizagem.

Uma estruturação voltada para os estudos da História da África, procurando valorizar e popularizar o seu ensino e conhecimento, contribuirá para uma melhor compreensão de todos os envolvidos no âmbito escolar em relação às etnias africanas, consequentemente contribuindo para o fim do preconceito e do racismo em relação aos negros. Nós temos o dever de buscar esse bem-estar, enquanto orientadores de opiniões, enfatizar discussões que possam garantir a identidade e a história do negro em nossa sociedade. Uma educação onde a relação étnico-racial tem como objetivo a aprendizagem entre brancos e negros, é necessário uma troca de conhecimentos e uma ruptura da desigualdade na educação. É fundamental um projeto para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Combater o racismo é uma obrigação de toda a sociedade e não somente das escolas, mas as escolas podem garantir a realização destas propostas juntamente com as famílias e a comunidade. Não podemos esquecer que a comunidade é formada por indivíduos de diversos grupos étnicos e que possuem cultura e história variadas, no entanto, todas valiosas e importantes na formação da nação brasileira.

A pluralidade étnica deve ser de conhecimento de todos e ensinada nas escolas, contribuindo e combatendo atitudes agressivas, práticas de racismo e proporcionar a permuta da cultura nas escolas do Brasil. Para que os estabelecimentos de ensino desenvolvam a sua função de educar, é preciso que se transforme em um espaço democrático e de popularização de conhecimentos, buscando uma sociedade justa. Mas um detalhe importante não pode ser esquecido, a qualificação de professores para que esse projeto possa dar um bom resultado. Direcionar relações de pessoas de diferentes culturas e pertencente a etnias-raciais diversas não é uma tarefa fácil, por isso a necessidade de uma qualificação de professores que irá elaborar técnicas pedagógicas que ajudará na reeducação de nossos alunos dentro e fora das escolas brasileiras.

Capítulo 3

Portfólio

Iniciei os meus estudos quando a Ditadura Militar ainda era bem nova e o civilismo começava a ser ensinado nas escolas, com a valorização dos hinos nacional brasileiro, da bandeira, de Minas Gerais e o da cidade que eram cantados, ora um ora outro, todos os dias no pátio das escolas antes do início das aulas.

Em 1966 entrei no primeiro ano primário no Grupo Escolar Professor José Eutrópio, hoje E.E. Professor José Eutrópio, no bairro Santa Terezinha. Nessa época os períodos escolares eram chamados de primário, os primeiros quatro anos, hoje anos iniciais do Ensino fundamental, depois ginásio os próximos quatro anos, hoje anos finais do Ensino Fundamental, depois os três anos finais, hoje Ensino Médio era chamado de Científico. O que chamamos hoje de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental eram chamadas de Grupo Escolar, e ainda não existiam as chamadas pré-escolas que temos hoje. Existia o Jardim da Infância que eram poucos os que frequentavam. Aprendi a ler e escrever com a minha mãe, com ajuda de uma cartilha e as quatro operações matemáticas ficavam a cargo do meu pai.

Figura 1 - Cartilha para alfabetização década de 1960

Figura 2 - Cartilha de Aritimética

¹ - Disponível em: <www.melhoreslivros.net> Acesso em jun. 2016.

2 - Disponível em: <www.melhoreslivros.net> Acesso em jun. 2016.



Fonte: Google Eart

A professora do segundo ano, Dona Mirna, era muito brava e como eu não era muito bom em aritmética, com bastante dificuldade em aprender a tabuada, uma cartilha que ensinava as quatro operações, ela pegava no meu pé com arguições todos os dias. A professora do terceiro ano não me lembro bem. A Dona Regina foi a professora do quarto ano, também muito amável e dedicada, transmitindo não só conteúdos, mas conhecimentos e exemplos de vida. O respeito que se tinha com as pessoas era muito grande, principalmente dentro do ambiente escolar, com as professoras e toda a equipe de funcionários.

Nos quatro anos do primário, a escola fornecia a merenda escolar, não como hoje, mas sempre tinha alguma coisa para oferecer aos alunos. Me lembro de uma sopa de trigo, que se usa para fazer quibe, com legumes e canjica doce.

A merenda de casa era acondicionada em uma merendeira junto com um suco ou refrigerante, colocado em uma garrafa que fazia parte do quite da merendeira. A partir da 5ª série a escola não oferecia a merenda e tinha que levar ou comprar na cantina.

⁵ – Disponível em: <blogs.estadao.com.br> Acesso em jun. 2016.

Figura – 5 Merendeira usada década de 1970.



Fonte: Blog Estadão.

Após concluir o 4º ano primário, fiquei sem estudar por um ano, não fazendo o que era chamado de Exame de Admissão, um curso preparatório de um ano para se iniciar o Ginásio. Em 1972 ocorreu uma mudança no sistema de ensino brasileiro, acabando com o primário e o ginásial, começando então o ciclo fundamental do 1º ano ao 8º ano, e o chamado Exame de Admissão também foi extinto. Ingressei então neste ano no Colégio Estadual Sebastião Patruz de Souza, hoje E.E. Sebastião Patruz de Souza, dando início aos anos finais do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série. Por ser um colégio muito exigente, a cobrança era muito grande, e fazia do Patruz um dos melhores colégios de Juiz de Fora. A disputa para pleitear uma vaga era acirrada, e era preciso fazer um exame de seleção para conseguir a tão almejada vaga.

Figura 6 - Início da década de 1970. Abaixo Grupo Escolar Prof. José Eutrópio.
Acima Colégio Estadual Sebastião Patruz de Souza.



Fonte: Maria do Resguardo.

Figura 7 - E.E. Sebastião Patruz de Souza.



Fonte: Maria do Resguardo.

Na 5ª série em 1972, vivenciei a minha primeira reprovação, devido à grande cobrança por parte dos professores, me despertando para uma maior dedicação no ano seguinte. No ano seguinte, em 1973 repetindo a 5ª série, foi mais tranquilo com um melhor desempenho devido a uma maior dedicação aos estudos. A 6ª série, em 1974 foi tranquila, mas a 7ª série, no ano de 1975, novamente, por malandragem fui reprovado. Em 1976 passei a estudar a noite no mesmo colégio, repetindo a 7ª série, foi quando passei a me dedicar mais aos estudos, inclusive ajudando nos finais de semana, junto com uma amiga de sala, os colegas que tinham dificuldades com as matérias, principalmente matemática. O ano de 1977 transcorreu tranquilo, com a finalização do ensino fundamental.

No ano de 1978, fiz o 1º ano do ensino médio no Patruz, que foi bem atrativo, com bons professores, inclusive com professor que também dava aulas na Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 1979, cursando o 2º ano, fui convocado para

⁷ - Disponível em: <www.mariadoresguardo.com.br> Acesso em jun. 2016.

prestar o serviço militar. Não sendo possível conciliar com os estudos, tranquei a matrícula e passei a me dedicar somente ao serviço militar.

Em 1981 iniciei o curso técnico de contabilidade no Colégio João Paulo I, um colégio que havia acabado de ser inaugurado, no bairro Mariano Procópio, na Rua Duarte de Abreu. Como no curso técnico o 1º ano era o mesmo do ensino médio, iniciei o curso no 2º ano e em 1982 conclui o curso técnico que equivalia ao ensino médio.

Figura 8 - Prédio onde funcionou o Colégio João Paulo I, antigo Ginásio Mariano Procópio.



Fonte: Maria do Resguardo.

No Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, comecei a cursar a faculdade de História em fevereiro de 2005, me formando em julho de 2009. Foi um período difícil e cansativo, eu era casado e com um filho. Trabalhava durante o dia e fazia a faculdade a noite. Foram nove períodos de muita luta e entrega, principalmente nos finais de semana, quando eu encontrava tempo para me dedicar aos estudos extraclasse e a realização dos trabalhos, a dedicação das leituras complementares exigidas de cada matéria.

⁸ - Disponível em: <www.mariadoresguardo.com.br> Acesso em jun. 2016.

Figura 9 - CES - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.



Fonte: Tyba online.

Até chegar na faculdade não me lembro se em algum momento teve alguma passagem referindo-se à África, a não ser em história antiga quando se estuda a Pré-História e o Egito e fazendo uma pequena citação a outros países africanos quando se estuda a escravidão no Brasil.

Na faculdade, foram dois períodos de História da África, mas de maneira muito modesta, sem um maior aprofundamento, bem superficial. Não foram exploradas as diversas línguas faladas, a grande diversidade cultural, a música, o batuque, a culinária, as crenças religiosas, os reinos, com os seus reis e rainhas. Era visto que o material relacionado à História da África era muito escasso, assim como é até hoje, mas não podemos deixar de falar que esta carência de material é justamente a falta de interesse em se estudar o continente africano. Este despertar das autoridades e dos meios acadêmicos em aprofundar os estudos em relação à África será de muita importância para o conhecimento e aprendizado nos meios estudantis.

No período de 22 de setembro a 20 de outubro de 2012, participei de um curso de extensão em Formação Continuada em Educação a Distância da Faculdade

9 – Disponível em: <www.tyba.com.br> Acesso em jun. 2016.

10 – Disponível em: <tictnaeducacaojf.blogspot.com> Acesso em jul. 2016.

Metodista Granbery. O curso foi bastante interessante, possibilitando um aprendizado em relação a Plataforma Moodle de um determinado curso à distância.

No segundo semestre de 2013, fui contratado pela prefeitura entrando em uma sala de aula pela primeira vez como professor, na Escola Municipal Marília de Dirceu, no bairro Filgueiras. Foi um momento difícil, onde o nervosismo e o desconhecido deixamos um pouco vulnerável, não sabendo o que acontecerá a partir do momento em que se entra em uma sala de aula. Fui muito bem recebido e a escola é muito boa. As turmas eram de 7º e 9º anos manhã e tarde e a noite turmas da EJA. Não tive nenhum contratempo, e o comportamento dos alunos foi bem satisfatório. Em 2014 fiz um novo contrato com a prefeitura, mas com aulas somente no período noturno nas turmas da EJA, no Marília de Dirceu, que por sinal também foi muito bom. Em 2015 também trabalhei somente com alunos da EJA, no CESU do bairro Teixeiras, Juiz de Fora, somente com uma turma, e foi excelente.

Figura 10: E.M. Marília de Dirceu - Bairro Filgueiras.



Fonte: Blog Tic na Educação JF.

No dia 7 de março de 2016, iniciei um contrato com o Estado de Minas Gerais, com término previsto para 18 de maio de 2016, cobrindo uma licença de saúde de uma professora na Escola Estadual Clorindo Burnier, no Bairro Barbosa Lage,

também em Juiz de Fora. As turmas eram três do 9º ano e quatro do 1º ano do ensino médio. Foi um período difícil, onde os alunos eram indisciplinados, desrespeitosos e totalmente desinteressados em relação às aulas. Lembro-me bem da minha época de adolescente quando éramos bem levados, mas tínhamos um respeito muito grande pelos nossos professores, e não poderia ser diferente, pois, a educação em casa era bem rigorosa e o respeito e a consideração com as pessoas era ensinada de forma a valorizarmos os preceitos de uma boa conduta. Hoje tudo isto mudou, talvez pela liberdade dada na maneira de educar os filhos e a não imposição de regras ou pela falta de tempo que os pais tem hoje em dia em razão do acúmulo de afazeres, levando ao pouco contato dos pais com os filhos, contribuindo assim para uma maior liberdade dos adolescentes.

Em relação ao aprendizado da História da África, pude perceber que muito pouco mudou nos ensinamentos regulares. O material didático faz uma pequena referência a alguns países em pouco mais de meia dúzia de páginas. Isto é quase nada diante de um Continente que contribuiu e ainda contribui muito para uma cultura diversificada em todo o globo terrestre.

Figura 11: Contornos do mapa da África.



Fonte: Webes Med. Porto Alegre.

Se o homem surgiu na África, é mais do que justo a História da África entrar na grade curricular e ser estudada de maneira mais profunda. É preciso quebrar o estereótipo que existe em relação ao Continente africano. Para chegarmos a esse

11- Disponível em: <websmed.portoalegre.rs.gov.br> Acesso em: jul. 2016.

12- Disponível em: <www.pt.slideshare.net> Acesso em jul. 2016.

13 – Disponível em: <www.slideplayer.com.br> Acesso em jul. 2016.

objetivo só fazendo um estudo mais profundo, onde toda a sua diversidade será mostrada, a sua rica cultura, as suas diversas línguas e dialetos, a sua gastronomia, por sinal, muito usada no Brasil e a sua religião, trazida pelos africanos escravizados e que também foi muito difundida no Brasil. Somente assim chegará às pessoas a importância do respeito aos valores, costumes, a língua, e a admiração com as diferenças.

Figura 12: Culinária africana.



Figura 13: Religião.



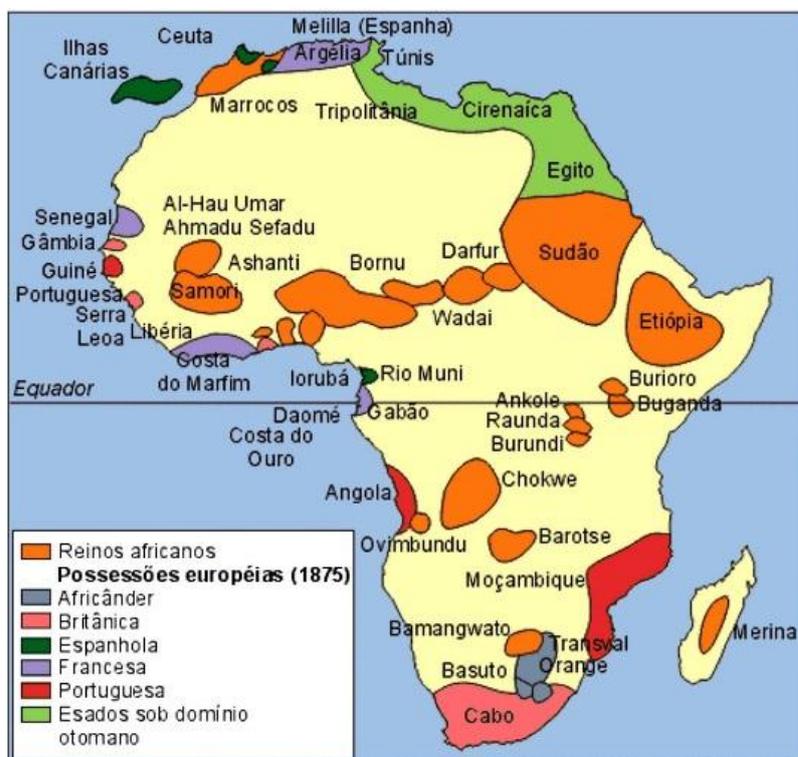
Fonte: Slide Player.

A África trazida para o Brasil durante três séculos, através dos escravos, com certeza não é a mesma, sofrendo a influência da cultura brasileira, não pela vontade dos africanos, mas com um curso natural. Não podemos esquecer que houve uma troca de culturas, onde a cultura brasileira também sofreu uma influência muito grande dos africanos. Não podemos ignorar essa riqueza que está entranhada no nosso dia a dia

fazendo divulgações através de movimentos sociais, políticos e culturais. No Brasil são raros os momentos em que se estuda a história da África. Os descendentes de africanos são incapazes de reconhecer a matriz formadora da sua identidade a não ser através de estereótipos, como sendo um continente exótico, primitivo, miserável, ignorante e violento. Quando falamos em África, normalmente as pessoas pensam em tribo, tambor, savana e animais selvagens, dentre esses animais, o homem africano. Quando nos referimos ao continente africano, precisamos destacar os pontos positivos, que não são poucos, procurando desconstruir o imaginário criado pelo pensamento distorcido das elites onde é difundido uma África de sofrimentos, miséria, guerras de etnias, de escravos, de leões, lobos, girafas elefantes, etc.

A África possui uma diversidade cultural muito grande que é desconhecida no Brasil e no mundo. Fazer referências positivas é importante para mostrar a África como um continente que possui uma história social, política e uma ampla diversidade cultural, com pontos positivos e negativos. Quando falamos em reis e rainhas, logo pensamos na Europa, mas não podemos esquecer que na África também tem reis e rainhas e isso não é levado em conta, sendo ignorado pelo imaginário que é preciso ser combatido e desconstruído. Quando falamos do imaginário africano no Brasil, não podemos deixar de falar da escravidão que assolou este país, um fato vergonhoso e um dos mais brutais que se praticou contra um ser humano. Homens em sua grande maioria, mas também mulheres e crianças foram trazidas de toda parte da África, mas principalmente de Angola, Congo e Moçambique. Outro fato vergonhoso praticado contra a África foi a Conferência de Berlim, entre os anos de 1884 e 1885, quando os países europeus junto com os Estados Unidos, fizeram a partilha do Continente africano, passando então a explora-lo de maneira desordenada, esgotando todos os seus recursos naturais.

Figura 14: África antes da partilha



Fonte: Blog A Retirada1975 os últimos do Leste

Figura 15: África depois da Conferência de Berlim



Durante os muitos anos de estudo em minha vida, eu não havia percebido a importância do Continente africano na história da humanidade, inclusive eu tinha pouco

14 - Disponível em: <<http://aretirada1975osultimosdoleste.blogspot.com>> Acesso em jul. 2016.

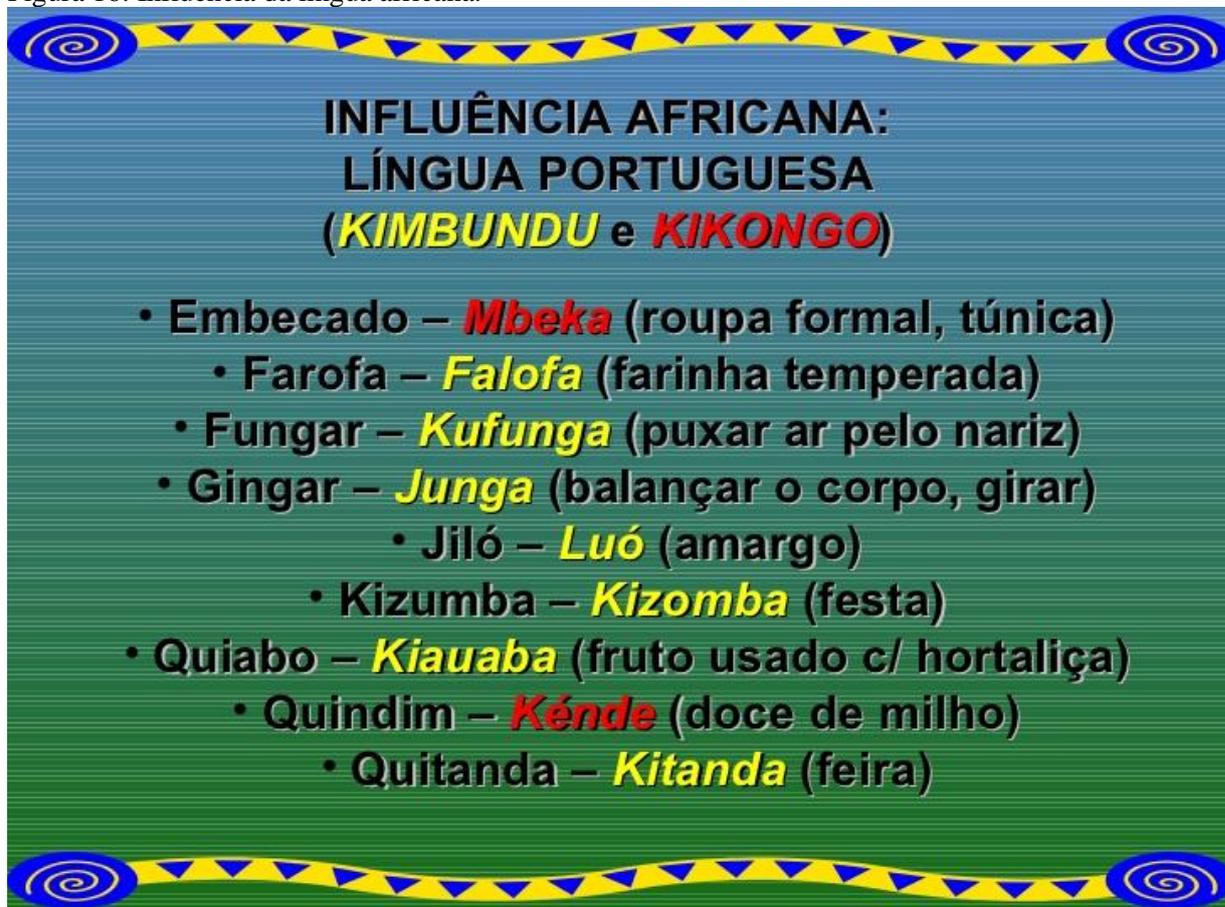
15 - Disponível em: <<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br>> Acesso em jul. 2016.

interesse em relação ao referido continente, levado pelo sistema de ensino adotado pelas autoridades da época que só enxergavam a Europa, e o que era incluído em relação à África somente a história do Egito. Na minha graduação, o pouco conhecimento que tive em relação ao Continente Africano, não foi passado de forma a compreender a sua importância, a sua diversidade e a riqueza de sua cultura. Cursando especialização em História da África é que pude perceber a grande influência dessa rica cultura em nossas vidas, inclusive herdando muito de sua língua, me proporcionando um melhor esclarecimento e uma grande valorização desse grande Continente. O português falado no Brasil recebeu grande influência das línguas indígenas e africanas ao longo dos anos, além das europeias, resultando em transformações constantes com a presença desses povos em solo brasileiro. A comemoração realizada no dia da consciência negra nos faz refletir e entender como a língua africana está entrelaçada no português falado no Brasil. As transformações são imensas, chegando ao ponto de considerar o português falado no Brasil diferente do português falado em Portugal.

Além de Brasil e Portugal, mais seis países falam o português na África. São eles: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor. Mas há um, porém, nesses países africanos também se fala a língua local, os vários troncos linguísticos que fazem parte de uma herança cultural milenar. Mesmo com a colonização portuguesa, esses povos africanos não deixaram de se comunicar em suas línguas maternas como o nagô, iorubá, quicongo, umbundo e quimbundo. Com a chegada dos africanos ao Brasil na condição de escravo, acabou resultando em uma contribuição muito rica para o vocabulário brasileiro com palavras originadas na África. A maior parte das palavras africanas introduzidas no vocabulário brasileiro, vem do quimbundo, língua do povo banto, e era a língua mais falada na época da escravidão nas regiões Sul e Norte do Brasil. A chegada dos negros africanos trouxe não só palavras, mas também expressões e uma cultura como um todo aos povos que aqui viviam, os europeus e os índios. Esta grande contribuição, essa riqueza cultural e sabedoria milenar trazidas pelos africanos contribuiu para a formação do país Brasil e que deve ser motivo de orgulho para nós brasileiros. Poucas são as pessoas que tem conhecimento da introdução de palavras oriundas da África no idioma brasileiro. Muitas são as palavras com sentidos comuns tanto no Brasil como em Angola, marcando assim uma forte ligação linguística. Algumas palavras são muito faladas no cotidiano do brasileiro como, bagunça, batucada, beleléu, bunda, cachaça, caçula, cafofo, cafuné, candomblé, canga, capenga, catinga, carimbo, cochilar, fungar, fuzuê, gangorra, jiló, macumba,

mandinga, marimbondo, moleque, minhoca, quiabo, quilombo, senzala, tanga, titica e muitas outras. É preciso ter consciência que o continente africano contribuiu muito com a diversidade do português que temos hoje no Brasil, um idioma rico e variado, que surgiu de vários povos, conquistando uma característica única devido uma forte miscigenação linguística.

Figura 16: Influência da língua africana.



Fonte: Slides Hare.

A cultura brasileira está ligada diretamente às crenças, tabus, religião, entre outros fatores que influenciam diretamente a escolha dos nossos alimentos diários. A cozinha brasileira tem por base a cozinha portuguesa, além da influência indígena e africana. Mas percebemos que houveram inúmeras variações em ingredientes e combinações, podendo citar o cozido, que em Portugal é uma combinação de derivados de porco e no Brasil é a mistura de legumes com carne de vaca. A alimentação está nos

nossos hábitos alimentares, é preciso recordar o passado, estudar os costumes indígenas, a colonização, a presença do negro no Brasil e a evolução da sociedade como um todo.

A culinária africana também é outro fato importante que está enrustado na cultura brasileira. Os negros africanos deram uma contribuição importante para a culinária ao introduzir ingredientes diferentes leite de côco-da-bahia, o azeite de dendê e a pimenta malagueta. Eles também nos ensinaram a fazer acarajé, vatapá. Caruru, munguzá, angú, pamonha e muitas outras coisas. A culinária africana é tão importante em nossa cultura que o acarajé virou patrimônio nacional.

A gastronomia africana é muito diversificada e fascinante, desde os ingredientes, utensílios e o saber do homem. Existe uma variedade de norte a sul do continente, onde se misturam influências mediterrâneas, tribais, asiáticas, árabes, e até mesmo brasileiras. No Benim a culinária brasileira influenciou muito os pratos servidos no referido país. Os escravos brasileiros ao retornarem para casa levaram os costumes culinários do Brasil.

A Etiópia, o segundo país mais populoso do continente, tem um dos maiores mercados a céu aberto da África, o Adis Abeba. Um prato muito popular e especial para os etíopes é a galinha dorset. O prato é servido apenas em ocasiões especiais. Ainda na Etiópia tem uma outra iguaria que também é muito apreciada no Brasil, o café, que é servido de diferentes formas, como o café com sal.

O Marrocos, país da região norte do continente, é conhecido mundialmente por seus pratos e temperos exóticos, além de um dos mercados mais tradicionais e barulhentos do norte da África, o Jema El Finá. No Marrocos, também é bastante popular uma iguaria que também é muito consumida no Brasil, principalmente no norte e nordeste, o cucuz. Para o chefe Tarik Harabida, criado por uma família de cozinheiros e um dos maiores cozinheiros do continente africano, iniciou sua carreira na gastronomia aos dezessete anos. Para ele, a particularidade da comida marroquina é resultado dos hábitos e principalmente a história do povo marroquino.

Figura 17: A praça Jemaa El Fna, o centro vibrante de Marrakech,

possui a forma de um L e é por muitos considerada labiríntica.



Fonte: Slides Hare.

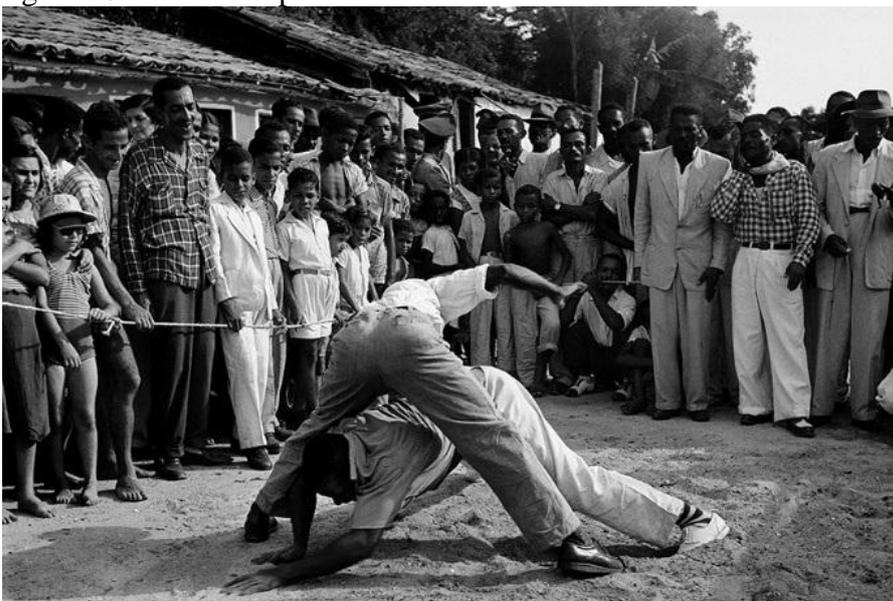
Como podemos perceber, a culinária brasileira é uma mistura da culinária e ingredientes europeus, indígenas e africanos. Muito das técnicas de preparos e ingredientes vem dos indígenas, com adaptações dos escravos e dos portugueses. Os ingredientes de suas culinárias que faltavam eram substituído por ingredientes locais semelhantes. Podemos citar como exemplo a feijoada. Uma culinária brasileira que tem forte influência das culturas portuguesa, indígena e africana, é a culinária norestina, iniciada no século XVI. A influência africana se estende pelo litoral nordestino, de Pernambuco a Bahia.

Um outro elemento da cultura africana influente em nossa cultura é a dança. Para os africanos a dança é parte fundamental na convivência das aldeias. Ela fortalece a convivência entre os seus membros e por isso é quase sempre uma atividade grupal. Normalmente todos participam da dança, homens mulheres e crianças, batendo palmas ou fazendo um círculo em volta dos dançarinos e os eventos importantes na vida dos africanos são comemorados com a dança, como nascimentos, mortes, plantios, colheitas e guerras, como forma de agradecimento aos deuses. Mesmo variando de região para região, as danças tem uma característica em comum. Normalmente os participantes dançam em fila ou em círculo e raramente dançam sozinhos ou em par e algumas danças

podem apresentar até seis ritmos diferentes ao mesmo tempo e os dançarinos podem usar máscaras, adornos e pintura no corpo para deixar seus corpos em evidencia. São várias as danças africanas e como destaque temos as citadas abaixo.

- O jongo: é uma dança de origem africana. O jongo permitia que os escravos se comunicassem de forma que os senhores e capatazes não compreendessem aquilo que falavam. Por meio dessa dança contavam suas tristezas e sofrimentos.
- A roda de capoeira: desenvolvida no Brasil por escravos africanos, é uma forma de expressão cultural que mistura dança, luta, música, jogo. Nela são encenados golpes e movimentos acompanhados por músicas. Os capoeiristas ficam na roda de capoeira batendo palma no ritmo do berimbau e cantando a música enquanto dois capoeiristas jogam capoeira.
- Samba de roda: é um gênero musical de tradição afro-brasileira. É tocado com pandeiros, atabaques, berimbaus, chocalho e viola.
- Congadas: caracterizada principalmente pela percussão forte, em cerimônias de coroação dos reis e rainhas da nação negra.
- Maracatu: é um dos ritmos de tradição africana, que hoje é difundido em todo o nordeste brasileiro, especialmente, nas cidades de Recife e Olinda. Também caracterizado principalmente pela percussão forte de origem das congadas.

Figura 18: Roda de capoeira.



Fonte: Portal IPHAN

Figura 19: Congada de Ilha Bela.



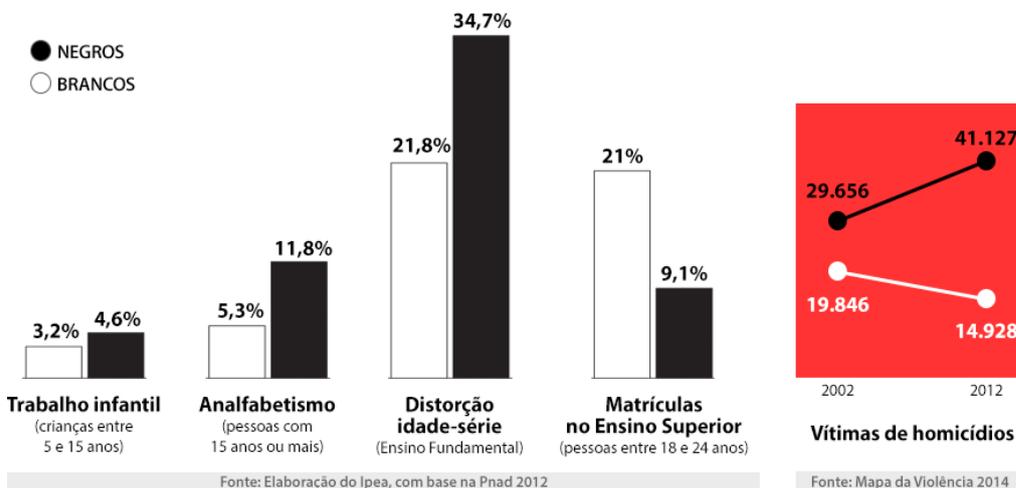
Fonte: Adoro Ilha Bela.

O processo de formação da música brasileira teve uma forte influência africana a partir do tráfico de escravos. Como os negros africanos vinham de várias regiões da África, como os bantos, nagôs, jejes, haucás e malês, a sua diversidade cultural era muito grande. Ao chegarem ao Brasil, entrando em contato com portugueses e índios, recriaram novas práticas culturais. Com a escravidão do negro africano, criou-se uma sociedade formando a cultura do negro brasileiro. Assim como a culinária, a língua e a dança, a dança africana também influenciou na cultura brasileira. A influência musical negra está em tudo, com no samba, no pagode, no afoxé, e nas festas folclóricas como a do maracatu. Os africanos trouxeram não só os ritmos, mas também instrumentos musicais como a cuíca, o atabaque, o tambor, a marimba e o berimbau. A música africana contribuiu muito para a formação de boa parte da base da música popular brasileira.

O território brasileiro e o território africano a mais de 200 milhões de anos estavam conectados e começaram a se afastar, assumido a posição que se encontram hoje, separados pelo Oceano Atlântico. Foi através do Atlântico que milhares de africanos chegaram ao Brasil entre os séculos XVI e XIX, escravizados pelos europeus. Esses indivíduos foram de suma importância na construção do Brasil. A trajetória somada com as tradições e a cultura desses descendentes de escravos africanos, formam um objeto de estudos importante na formação de crianças e jovens. Os negros africanos em território brasileiro, criaram raízes e famílias, implantaram a sua cultura e fizeram história. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, 53%

dos brasileiros se declaram pretos ou pardos. Esse grande número de pessoas se encontram entre os mais desfavorecidos. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), eles são a maioria dos analfabetos, com a maior taxa de distorção idade-série, e o trabalho infantil é mais comum entre eles do que entre brancos.

Desigualdades entre brancos e negros no Brasil



Para combatermos o racismo, primeiramente é preciso reconhecer as desigualdades raciais. A lei 10.639, em vigor desde 2003, determina que as escolas passem a discutir e incluir o tema em seus currículos. Segundo André Lázaro, que foi Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC) entre 2004 e 2011, e pesquisador da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), “É assumindo os valores criativos e positivos dessas culturas que a escola pode contribuir para a superação do racismo e da discriminação que ainda organizam fortemente a desigualdade brasileira”. As escolas devem estabelecer uma Educação voltada para o combate ao racismo, a importância do papel do negro na história do Brasil e a valorização da história, cultura africana e afro-brasileira, além do conhecimento científico produzido por pesquisadores e pensadores negros. Apesar da legislação existir há treze anos, são poucos os casos em que ela é aplicada nas escolas de forma ajustada no cotidiano das escolas. Para haver uma mudança é preciso que seja feito um trabalho sistemático das políticas públicas e no cotidiano das escolas.

As dificuldades para a implementação da lei passa da pouca formação do assunto, a resistência e obstáculos provocados talvez pelos conservadores. As redes de

ensino precisam oferecer e debater o tema, para que os administradores das escolas incentivem os professores incluam no ensino a história e à cultura africana e afro-brasileira em suas aulas. Tem uma questão muito importante que precisa ser discutida, a possibilidade da escola ou do profissional da educação discriminar o aluno de maneira involuntária. Esta possibilidade existe, e é preciso tomar muito cuidado. Como exemplo podemos citar a orientação quanto ao caminho a ser seguido. Muitas vezes aos alunos não brancos, a orientação é para seguir uma carreira na área técnica e para os alunos brancos é recomendado um curso universitário. Não estamos imunes à uma discriminação, mesmo que involuntária. É preciso desconstruir o estereótipo sobre os africanos e os afro-brasileiros e mostrar a importância que eles tiveram na formação das sociedades atuais. É importante mostrar os diversos momentos desses grupos em vários momentos da história, como seres humanos, criadores de uma bela cultura, formadores de laços familiares e com uma trajetória marcante, com destaques na história da humanidade.

A presença do negro no Brasil e suas riquezas culturais contribuíram muito para a formação da identidade do povo brasileiro, e isto é de suma importância para ser deixado de lado. Levando para dentro da sala de aula e discutindo com os docentes, conseguiremos atingir uma valorização grandiosa. A diversidade da contribuição africana para a nossa cultura é grande, nos proporcionando uma certa facilidade na transmissão de conhecimento para os nossos alunos. Podemos levar para as escolas a contribuição da culinária africana, inclusive com preparo de comidas afro-brasileira nas escolas, mostrar os elementos da cultura afro que foram introduzidos no folclore brasileiro, com encenações de teatro e contos, valorizando os negros em nossa história, assim como as figuras folclóricas, a capoeira, as religiões e fazer rodas de canto, dando destaque para o samba e o pagode.

É importante entender a relação estreita que o Brasil tem com a África, para que possamos identificar a nossa identidade afro-brasileira. Temos que ter como principal objetivo passar para os alunos a história da África e a sua realidade, que por sinal é pouco conhecida nas escolas. Outro fato importante é identificar a relação entre África e Brasil e a cultura produzida pelos afro-brasileiros no Brasil. Também não menos importante é promover conhecimentos e interpretar as práticas sociais e culturais relacionadas às questões étnicas - raciais. Manter um diálogo e realizar debates em relação à presença das culturas africanas na cultura brasileira. Um outro fator

importante é desconstruir o estereótipo de que o africano é um povo bárbaro, primitivo e sem cultura.

Para atingirmos os nossos objetivos é preciso ter muita persistência e não deixar que seja apenas uma coisa de momento, mas algo permanente, buscando dialogar e discutir com todos os envolvidos no processo de busca da identidade cultural brasileira (alunos, educadores, profissionais de diversas áreas e comunidade

Como podemos perceber a cultura africana está enraizada em nossa cultura de maneira tão marcante que não podemos ignorá-la ou negligenciá-la, como vem acontecendo durante anos, sem que alguma coisa seja feita para que a valorização da cultura africana e do povo africano sejam colocados em seus devidos lugares, com a importância que lhes é merecida. Afinal, o que os países africanos têm de bom não merece ser divulgado de maneira ampla para o conhecimento de toda a população? O Continente africano não é somente pobreza, criança desnutrida e analfabetismo, mas um continente que tem muito a contribuir para com a humanidade.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho é mostrar que a escravidão na África foi tão violenta quanto a escravização nas Américas e não branda como se pensava. Acreditava-se que o após ser capturado, o cativo passava a fazer parte da sociedade do povo que o capturava, o que chamamos de escravidão doméstica, mas veremos que no transcorrer do trabalho uma escravização africana bem mais complexa. Fazer uma comparação entre a escravidão africana e a americana é uma tarefa nada fácil, pois é preciso observar o período e a situação social, cultural, política e econômica dos dois continentes. Uma coisa podemos ter certeza, a relação entre os senhores e os escravos nos dois continentes ficou marcada pela violência, com punições e castigos duros, violentos, sem falar que os escravos foram retirados do convívio com suas famílias, de sua sociedade, sendo obrigados a se adaptarem a outros costumes, a aprender outras línguas e ainda sendo humilhados. Todo tipo de escravidão é brutal, bárbaro e de uma selvageria inaceitável. O escravo era tratado como um ser inferior, e que era subordinado ao seu senhor que podia manipulá-lo da forma como bem entendesse. É preciso esclarecer bem esta questão e desmistificar a ideia de que na África a escravidão era mais amena e generosa. A principal forma de escravização na África era por guerra, mas a escravidão por dívida também era muito usada pelos africanos, onde o devedor se transformava em escravo do seu credor. É sabido que a escravidão na África existia muito antes dos europeus atingirem o continente africano, passando ser um mercado interessante economicamente tanto para africanos que escravizavam, como para os traficantes de escravos europeus e esta parceria acabou intensificando a escravidão no continente africano porque o tráfico de escravos passou a ser uma prática econômica que rendia bons dividendos.

Com esse trabalho pretendemos fornecer dados que possa contribuir para elucidar a maneira como era realizada a escravidão na África. Por sua complexidade e extensão, muita coisa não entrou em discussão nesta abordagem. Muitos acontecimentos e personagens não foram nem citados, e esta é justamente a dificuldade na abordagem do tema, procurar transmitir aos alunos do ensino fundamental ou do ensino médio, de uma maneira simples e objetiva, de um tema pouco discutido nas escolas, a escravidão africana. No primeiro capítulo foi abordado o começo da

escravidão, as suas origens, africanos escravizando africanos e o tráfico atlântico. No segundo capítulo foi abordado a escravidão africana e seu ensino nas escolas e as propostas para o ensino da escravidão africana.

ANEXO 1

Proposta de ensino em sala de aula

TRÁFICO HUMANO E TRABALHO ESCRAVO

O comércio de negros escravos na África

Os africanos capturados pelos grandes senhores do interior eram vendidos aos corretores africanos, que organizavam seu transporte até o litoral. Durante o percurso até essa região, os escravos seguiam em caravana, ligados dois a dois por paus bifurcados nos dois extremos, atados pela nuca.

Recebiam apenas uma pequena ração de comida e eram obrigados a caminhar rapidamente, sob pressão do chicote dos condutores. (...)

Chegando ao litoral, eram mantidos em aldeias especiais enquanto aguardavam o momento de venda para os europeus. Nesse intervalo - que podia durar alguns meses -, trabalhavam para os grandes senhores locais.

Por fim, os escravos eram conduzidos a uma grande praça e vendidos aos traficantes europeus. Completamente nus, eram examinados pelos cirurgiões. Braços e pernas com defeitos, falta de dentes, problemas de visão, mais de 35 anos, tudo era avaliado, e os que apresentassem essas características eram rejeitados e devolvidos aos corretores, que os vendiam, então, aos grandes senhores africanos a preços reduzidos. Os que passavam nessa inspeção eram marcados com ferro em brasa e recolhidos aos fortes europeus enquanto aguardavam a chegada dos navios negreiros.

Adaptado de: DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. A afirmação europeia: séculos XVII e XVIII. São Paulo: Atual, 2000 (Coleção história: cotidiano e mentalidades)

Imagem 1

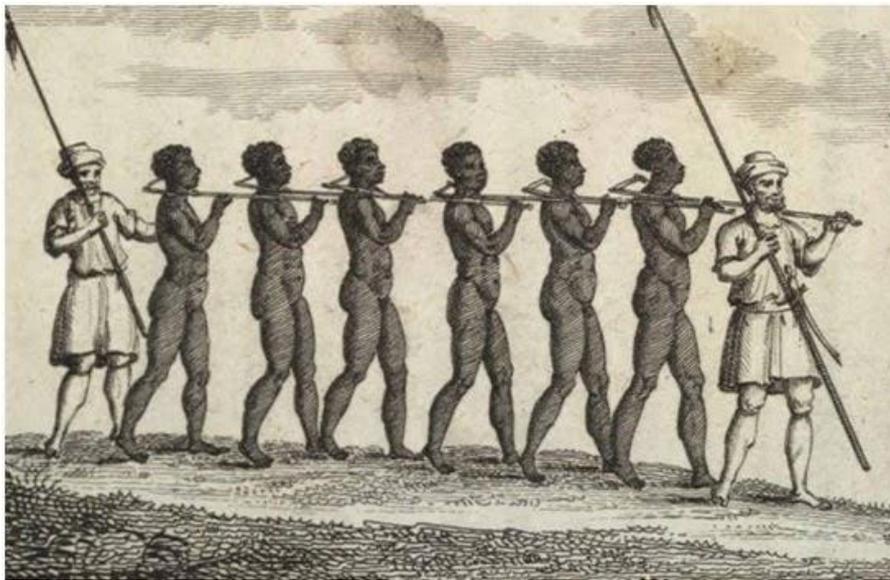


Imagem 2

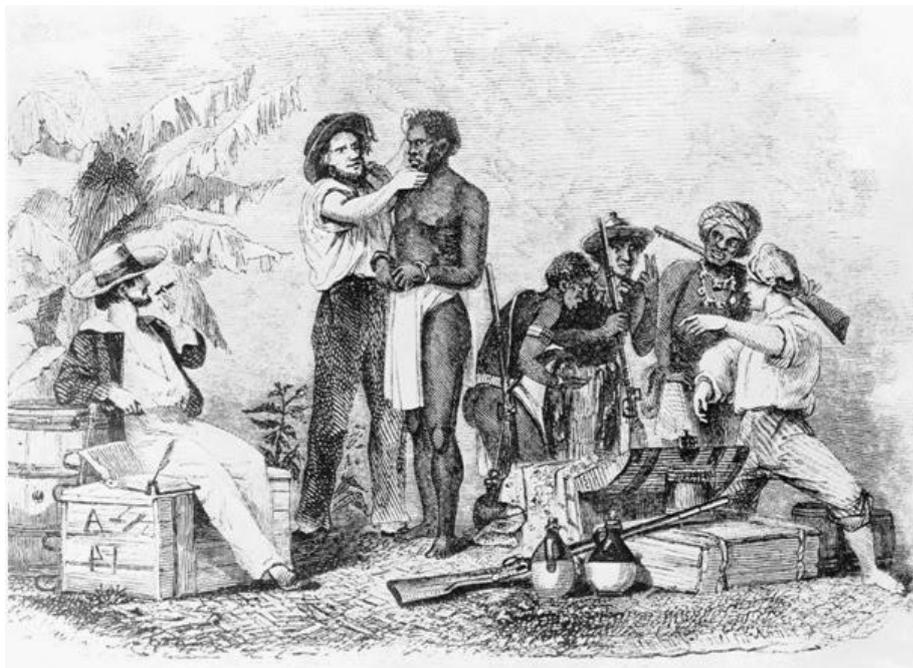


Imagem 3



Imagem 4

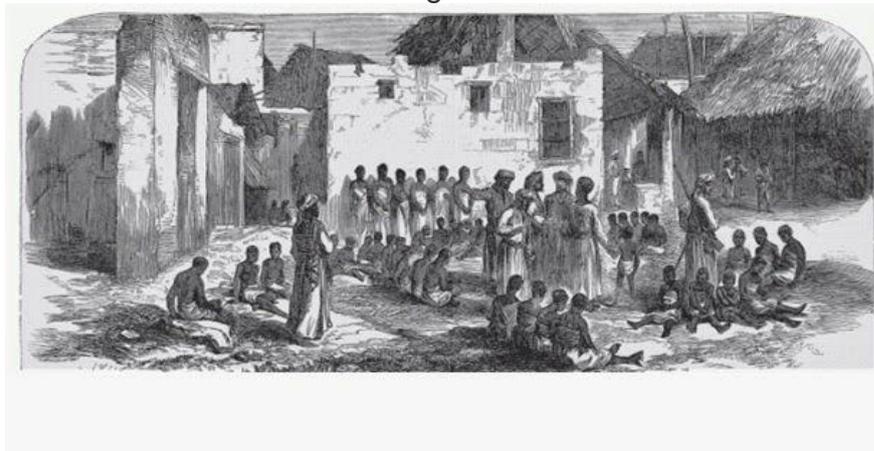


Imagem 5

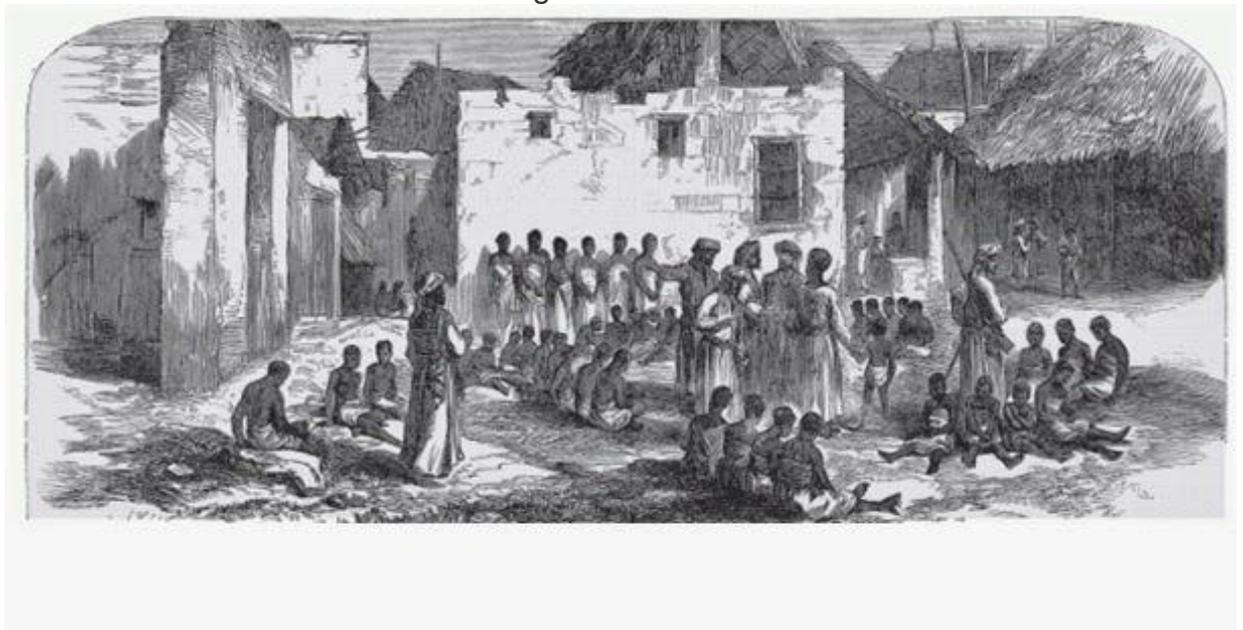
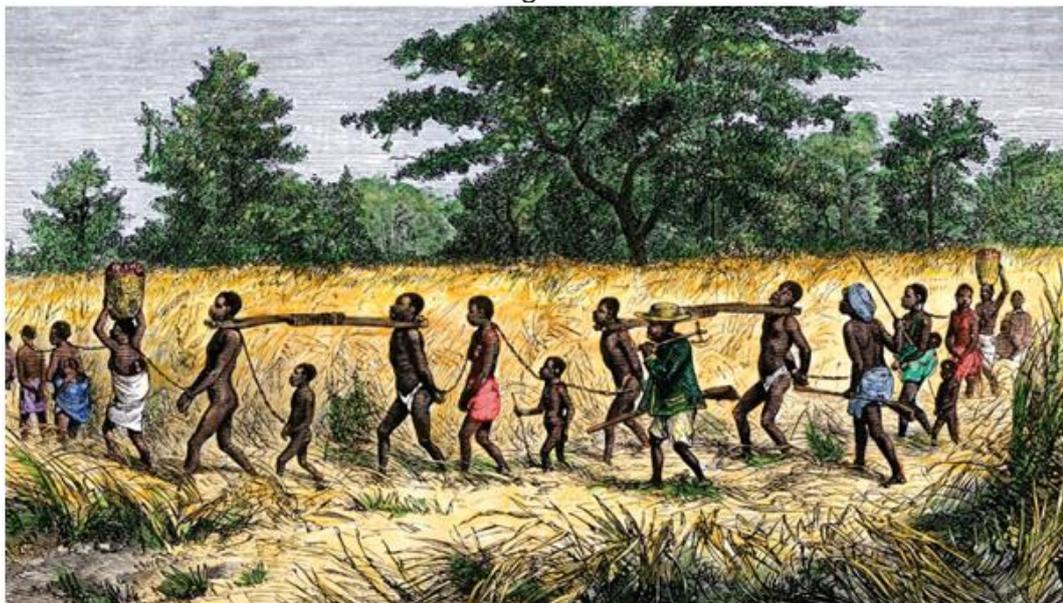


Imagem 6



Após a leitura do texto e observação das imagens, selecione trechos do texto para utilizá-los como legendas das imagens.

ANEXO 2

Proposta de ensino em sala de aula

TRÁFICO HUMANO E TRABALHO ESCRAVO

As principais rotas do tráfico de escravos



<http://fazendohistorianova.blogspot.com.br/2014/03/encontro-dos-europeus-com-povos-da.html>

Observe o mapa acima e identifique:

- Qual o título do mapa?
- Que portos do Brasil recebiam os navios negreiros?
- De que regiões da África saíam os negros escravos que eram traficados para o Brasil?

d) Está correto dizer que a venda de escravos negros se fazia exclusivamente para a América?

Utilize elementos do mapa para justificar sua resposta. (V.:0,2)

e) A maioria dos escravos que desembarcavam na Bahia eram sudaneses ou bantos? E no Rio de Janeiro?

REFERÊNCIAS

África: Celebração à sua cultura. Disponível em: <www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=713>. Acesso em 05 de ago de 2016.

África e Brasil: unidos pela história e pela cultura. Disponível em: <novaescola.org.br/consciencia-negra/africa-brasil/>. Acesso em: 05 de ago de 2016.

África: um continente repleto de sabores. Disponível em <<http://tvbrasil.abc.com.br/novafrica/episodio/africa-um-continente-repleto-de-sabores>>. Acesso em: 07 de jul. de 2016.

A influência Afro e Indígena no Brasil. Disponível em <<http://master7inovare.blogspot.com.br/2011/05/influencia-afro-e-indigena-no-brasil.html>>. Acesso em: 13 de jul. de 2016.

A INFLUÊNCIA AFRICANA NA CULINÁRIA BRASILEIRA. Disponível em <<http://quartetogastronomiabrasileira.blogspot.com.br/2013/07/teste.html>>. Acesso em: 07 de jul. de 2016.

A INFLUÊNCIA AFRICANA NA FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL. Disponível em <www.afreaka.com.br/.../a-influencia-africana-na-formacao-da-lingua-portuguesa-no-...>. 11 de jul. de 2016.

Albuquerque, Wlamyra R. de. Fraga filho, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Algumas danças de origem africana. Disponível em <<http://www.turminha.mpf.mp.br/nossa-cultura/cultura-afro-brasileira/dancas-de-origem-africana>>. Acesso em 12 de jul. 2016.

Borges, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. R. Mest. Hist., Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan. /jun., 2010. Disponível em <http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_InclusaoDaHistoriaCulturaAfro.pdf> Acesso em: 14 jan. de 2017.

Cultura afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária. Disponível em <[www.brasil.gov.br > Cultura > 2014 >](http://www.brasil.gov.br/Cultura/2014)>. Acesso em: 11 jul. de 2016.

Dança Africana - Origem e Importância. Disponível em <<http://www.mundodadanca.art.br/2010/06/danca-africana-origem-e-importancia.html>>. Acesso em: 08 de jul. de 2016.

História da influência africana na música brasileira. Disponível em <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Historia-Da-Influencia-Africana-Na-Musica/336478.html>>. Acesso em: 12 de jul. de 2016.

Leite, Gorete. Tráfico humano e trabalho escravo. <Disponível em: <http://fazendohistorianova.blogspot.com.br/2014/03/encontro-dos-europeus-com-povos-da.html>.> Acesso em: 15 jan. De 2017.

Lovejoy Paul E. A ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA: Uma história de suas transformações; tradução Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Munanga, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

Oliva, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, no 3, 2003, pp. 421- 461.

_____. A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). Disponível em: www.scielo.br/pdf/his/v28n2/07.pdf. 2009. Acesso em 31/01/2017.

Palavras de origem africana. Disponível em <www.nossalingua.net.br/curiosidade>. Acesso em: 11 de jul. de 2016.

Pelógia, Rosa Aparecida. A escravidão entre os próprios africanos. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/.../2013_uem_hist_pdp_rosa_aparecida_pelogia.pdf. Acesso em: 02/11/2016.

Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

Projeto Pedagógico - África – História e Cultura. Disponível em <www.ifa-ba.com.br/projeto-africa/>. Acesso em: 05 de ago de 2016.

Reinaldo, Telma Bonifácio dos Santos. PROPOSTA METODOLOGICA PARA O ENSINO DE HISTORIA DA AFRICA. Disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2048036>> Acesso em: 14 jan. de 2017.

Silva, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1550 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002.

Souza, Talita Tavares Batista Amaral de. Escravidão interna na África, antes do tráfico negreiro. Disponível em: essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vértices/article/viewFile/1809 - 2667.../115. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

